

#### 4. O NOVO CICLO REPRESSIVO

O ATO INSTITUCIONAL N.5, editado em 13 de dezembro de 1968, foi sem dúvida um divisor de águas na história do regime militar. Ele representou o ponto culminante de tendências autoritárias em vigor desde o golpe de 1964 e, nesse sentido, correspondeu às demandas dos grupos radicais de direita pelo “aprofundamento da Revolução”. Para tais segmentos, a “limpeza” iniciada em 1964 fora interrompida e incompleta, sobretudo nas universidades, e a segurança nacional reclamava novas medidas de força para derrotar os inimigos. De acordo com essa visão, a falta de rigor nas punições teria estimulado a reorganização dos grupos de esquerda, que se tornaram mais ousados e contestadores, principalmente ao longo de 1968, quando, nas ruas, lançaram sério desafio ao poder militar. Além disso, os órgãos de informação possuíam evidências sobre o aumento de atividades da esquerda armada, que tinha planos de intensificar ações em breve. Evidentemente, nas avaliações oficiais sobre o perigo subversivo só entravam as ações da esquerda, e não os atos terroristas cometidos por grupos de direita, alguns deles travestidos em organizações revolucionárias para aumentar a sensação de perigo iminente.

Pesou também na decisão de editar o novo ato a paulatina redução de prestígio do governo, que passou a ser objeto de críticas agudas da imprensa e de personalidades públicas. Até no partido criado para dar sustentação parlamentar ao regime, a Arena, houve perda de apoio, o que se evidenciou de maneira dramática na derrota do governo em seu pedido ao Congresso para suspender as imunidades parlamentares do deputado Márcio Moreira Alves.<sup>1</sup> Ele havia feito críticas duras à ditadura em discurso alusivo ao Sete de Setembro, quando convidou a sociedade a boicotar os desfiles oficiais em protesto contra a violência repressiva, e as moças, para que deixassem de sair e dançar com cadetes e jovens oficiais. No entanto, segundo fontes militares, a parte do discurso mais ofensiva foi aquela em que Moreira Alves referiu-se ao Exército como um santuário de torturadores.<sup>2</sup> A derrota no Congresso, quando, em nome da autonomia do Poder Legislativo, parlamentares da Arena preferiram votar contra o seu governo, representou o ponto alto do isolamento político dos militares no poder. O texto do AI-5 já estava preparado, mas a ocasião política para editá-lo surgiu com o episódio no Congresso, que, ao mesmo tempo, significou conveniente justificativa para os que desejavam o endurecimento a qualquer custo.

As razões por trás do AI-5 são tema controverso e ainda não totalmente esclarecido. Está claro que grupos e líderes radicais queriam intensificar o autoritarismo do Estado por razões próprias, e houve mesmo casos de militares da linha dura acusados de fomentar o voto contrário ao governo no Congresso.<sup>3</sup> No entanto, a ação isolada dos radicais não seria suficiente para desencadear o novo ciclo repressivo, caso outros membros do governo e do establishment militar não se sentissem inseguros diante das ações da oposição e do enfraquecimento das bases de apoio do regime. O próprio presidente Costa e Silva não desejava inicialmente a radicalização política – ao contrário, ao assumir o cargo, no início de 1967, fez tentativas para desanuviar o ambiente e aplacar a oposição. Visto de longe, o AI-5 pode parecer um desdobramento natural do regime autoritário, porém essa visão elide a dinâmica política e as ações crescentes das forças de oposição que, em 1968, na percepção de muitos atores, pareciam capazes de desestabilizar o governo. Os grupos de direita ficaram atemorizados sobretudo com a força demonstrada pela esquerda estudantil nas ruas, ocupando faculdades, fazendo passeatas, montando barricadas e atacando os setores universitários conservadores. A achapante derrota no Congresso minou a legitimidade do governo Costa e Silva, que já era questionado nas ruas e na imprensa. A resposta desse governo enfraquecido foi endurecer o regime autoritário, como estratégia para golpear a oposição e segurar com mais força o poder, que poderia escapar-lhe das mãos. Com esse movimento, o governo se afastou de seus apoiadores moderados e deu força aos grupos radicais de direita, que se aproveitaram da situação para impor sua agenda repressiva.

Importa perceber as divisões que o AI-5 gerou nos círculos do poder e entre aliados do regime militar. Figura-chave na gestão Castello Branco e que voltaria depois ao prosscênio com Geisel, Golbery do Couto e Silva declarou sua discordância em conversa com representantes dos Estados Unidos, em janeiro de 1969. Golbery fora afastado do governo na gestão de Costa e Silva e considerado persona non grata pelo novo grupo no poder, mas acompanhava de perto os acontecimentos. Em sua opinião – aliás, muito próxima à dos norteamericanos –, o AI-5 foi medida desnecessária e exagerada, fruto de incompetência, maquiavelismo e anticomunismo extremos. De incompetência eram acusados Costa e Silva e parte do ministério, sobretudo Tarso Dutra e Gama e Silva, enquanto o maquiavelismo era atribuído a alguns chefes militares e civis que apostaram no impasse com o Congresso, como o próprio Gama e Silva e o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti.

Ainda segundo Golbery do Couto e Silva, o anticomunismo extremo influenciou a opinião de muitos chefes militares, em especial um grupo de

generais em comandos militares importantes (Antônio Carlos Muricy, Augusto César Muniz de Aragão, João Dutra de Castilho, Sylvio Frota, Ramiro Gonçalves Tavares, Sisen Sarmento), com o apoio de alguns coronéis. Esses generais entendiam haver uma guerra revolucionária em curso, cuja derrota demandava instrumentos repressivos excepcionais. Golbery achava essa avaliação muito exagerada, e, de qualquer forma, o Estado dispunha de instrumentos suficientes para a repressão dos subversivos. Estava pessimista em relação aos desdobramentos políticos futuros, esperando expurgos no serviço público e no Poder Judiciário, porém achava que talvez as reformas andassem mais rápido agora, pois os militares não se opunham à modernização das universidades e mudanças na estrutura agrária.<sup>4</sup>

Ao longo de 1969, os diplomatas americanos colheriam impressões entre diversos líderes políticos, empresariais e intelectuais. Deve-se ter cuidado ao analisar tais registros, pois podem estar contaminados pela opinião de quem os obteve. Talvez isso explique por que a maioria dos brasileiros consultados mostrasse reservas em relação ao AI-5 e lamentasse o aumento de repressão política. Não obstante, algumas opiniões eram favoráveis à medida, em geral sob o argumento de que iria facilitar as reformas, assim como a gestão da máquina pública. Entre os líderes empresariais houve mais entusiasmo em relação ao AI-5, graças à opinião de que ele iria simplificar decisões na área econômica e retirar obstáculos ao crescimento das atividades produtivas. Já entre os políticos (inclusive da Arena) houve menos otimismo, por medo de paralisação total das instituições parlamentares.

Interessam, porém, em especial as reações nos meios acadêmicos. Ainda em janeiro de 1969, os diplomatas americanos fizeram uma enquete para pesquisar as reações ao AI-5 entre quinze professores e cientistas, profissionais que trabalhavam nas cidades mais importantes do Brasil. Com base nos resultados, os entrevistadores dividiram o grupo em três segmentos: os ocupantes de cargos oficiais, um grupo de profissionais comuns e um grupo pertencente à elite científica. Como seria de esperar, entre os ocupantes de cargos oficiais havia mais otimismo, pois eles acreditavam em benefícios, como o aumento de recursos para pesquisas e para as universidades, enquanto no segundo grupo foram observadas reações de apatia ou de simpatia moderada. Já no terceiro grupo, em que se encontravam os pesquisadores mais destacados e portanto mais visíveis, as opiniões eram marcadas pela ansiedade quanto ao futuro. Eles temiam falar abertamente de suas apreensões, mas alguns verbalizaram o medo de novos expurgos que reeditariam o ambiente da Operação Limpeza de 1964.<sup>5</sup>

Poucas semanas depois, o cônsul americano em Recife registrou conversa com dois professores cearenses, entre eles o influente Valmir Chagas, membro do CFE e da principal comissão de estudos para a reforma universitária (o GTRU). Eles manifestaram otimismo quanto ao futuro das universidades, entendendo que o AI-5 poderia ter papel positivo em sua modernização. Ainda de acordo com o registro do diplomata, Chagas lamentou o aspecto repressivo do AI-5, mas disse que ele deveria ser visto apenas como meio para se chegar a um fim. Se o AI-5 ajudasse a alcançar a reforma universitária, estaria justificado.<sup>6</sup>

Opiniões semelhantes, que consideravam o autoritarismo um instrumento para alavancar as reformas, devem ter sido correntes. Entretanto, é preciso destacar que os registros há pouco mencionados foram colhidos antes dos expurgos nas universidades, que começaram em abril. Depois da onda de aposentadorias e demissões de professores, as opiniões otimistas podem ter mudado de tom.

Em contraste com os segmentos simpáticos ao autoritarismo estatal, os grupos que eram alvos das operações repressivas nada tinham a comemorar. Para eles, após o AI-5, o ambiente nas universidades tornou-se desolador e melancólico, longe dos agitados e criativos momentos vividos em 1968, quando a esquerda universitária havia acuado os grupos de direita. A sensação entre professores e estudantes de oposição era de total derrota política e de desânimo.

Na Faculdade de Filosofia da USP foi pior, pois as aulas interrompidas após a “Batalha da Maria Antônia”, em outubro, só foram retomadas no início de 1969, e no campus do Butantã. A decisão política de desativar o prédio da rua Maria Antônia desconsiderou a falta de instalações adequadas no campus, por isso alguns cursos da faculdade funcionaram inicialmente em situação precária, em barracões improvisados e barulhentos.<sup>7</sup> No campus da USP, outro evento repressivo contribuiu para aumentar a sensação de derrota política e a insegurança. Poucos dias após o AI-5, o Conjunto Residencial da USP (Crusp) foi ocupado por militares, que chegaram em carros blindados e vestidos para combate. O Crusp era um dos centros de ação da esquerda estudantil, por isso mesmo os militares resolveram ocupá-lo. Centenas de estudantes foram detidos, seus pertences vasculhados em busca de provas de subversão,<sup>8</sup> e o conjunto ficou sob intervenção durante dois anos. No Rio de Janeiro, o ambiente na também muito visada UFRJ tornou-se igualmente desagradável, quase fúnebre, nas palavras de uma testemunha.<sup>9</sup> Se desde 1964 havia espias e uma sensação de vigilância constante nas instituições universitárias, a partir de 1969 as coisas se agravaram bastante. O propósito de aterrorizar os contestadores nos meios acadêmicos, um dos objetivos do AI-5, foi alcançado, pelo menos nos primeiros tempos.

Naturalmente, quando teve início o expurgo de docentes, no fim de abril de 1969, o clima político nas universidades tornou-se ainda pior, e mesmo alguns líderes simpáticos ao regime militar condenaram os atos. O sentimento de que a decisão era equivocada e feria os interesses do país foi tão disseminado que até alguns militares mostraram discordância, embora de maneira discreta.<sup>10</sup> Nos meios acadêmicos, exemplo interessante foi o do professor Paulo de Góes, da UFRJ, que perfilava entre os apoiadores do regime militar e já ocupava cargos de confiança do governo. Em maio de 1969 ele era sub-reitor de graduação e pós-graduação da universidade, e procurou o adido científico da embaixada dos Estados Unidos para discutir a situação política e os expurgos. Góes analisou a situação sob o impacto do anúncio das aposentadorias e demissões na UFRJ e na USP, o que, em sua opinião, significava virada política com implicações mais graves. Ele acreditava que o presidente Costa e Silva já não governava efetivamente, e que os militares radicais – apoiados por civis, como Gama e Silva – começariam a expurgar não apenas a esquerda, mas “liberais castelistas” como ele e seu grupo. Góes se afirmava revolucionário de linha liberal, seguidor de Castello Branco, e disse que poderia apoiar a linha dura se a outra opção fosse a esquerda, mas esse não era o caso. O perigo, no momento, era uma virada para a extrema direita sob o comando de oficiais nacionalistas de estilo “nasserista”, com tendência para assumir posturas antiamericanas. Por isso, pedia ao governo americano que não virasse as costas aos “castelistas” e ajudasse a encontrar uma saída política mais liberal, a fim de evitar o agravamento do quadro.

Poucas semanas depois, Góes deu entrevista ao jornal *O Globo*, publicada em 11 de junho de 1969, em que criticava o afastamento arbitrário de professores e mencionava vinganças pessoais como motivação, em alguns casos. Significativamente, o mesmo jornal havia publicado dias antes artigo de um dos generais mais radicais, Augusto César Muniz de Aragão, que defendeu a decisão do governo de afastar professores e cientistas, por ele chamados de “maus brasileiros” e “traidores”, já que supostamente acumpliciados com planos de submeter o Brasil à “servidão comunista”. O objetivo principal de Aragão era rebater os que vinham pressionando o governo a suspender ou rever as “punições” dos professores, que ele considerava necessárias à defesa da pátria. Por isso, a entrevista do professor Paulo de Góes soou como resposta direta ao artigo do general, uma voz proveniente dos meios universitários clamando por moderação. Góes afirmou que as universidades necessitavam de tranquilidade para produzir, não precisavam ser tuteladas, mas respeitadas pelo governo. Ele não questionou diretamente os expurgos, em suas palavras, recebidos com

espanto na universidade, mas disse que melhor teria sido ouvir os dirigentes universitários, que teriam evitado injustiças e equívocos. Embora as críticas do professor ao expurgo fossem cautelosas, e ele tenha negado que o pedido de renúncia coletivo de altos funcionários da reitoria da UFRJ tivesse motivação política, os diplomatas americanos acharam a atitude corajosa, em vista do ambiente de total insegurança, e esperavam que a manifestação pública da opinião ajudasse a moderar os radicais do governo.<sup>11</sup>

A frustração do professor Góes radicava-se também em seu empenho pelo sucesso da Operação Retorno, cujos resultados foram praticamente anulados graças aos desdobramentos do AI-5. Oficiais do Itamaraty que deram apoio às iniciativas para a volta dos emigrados experimentaram o mesmo sentimento de fracasso, inclusive porque o ministro Magalhães Pinto, patrono da operação, tornou-se figura decorativa depois de baixado o ato. Preocupava também ao Itamaraty o fato de os expurgos comprometerem a imagem internacional do Brasil, o que parecia não incomodar os radicais de direita. Além de prejudicarem a reputação externa do país, as aposentadorias e demissões trariam enorme prejuízo e poderiam arruinar as instituições de ensino superior, principalmente porque, ao contrário de 1964, agora se tomavam medidas para vedar aos perseguidos a possibilidade de trabalhar no país, deixando a emigração como única saída.<sup>12</sup>

#### Uma mordalha para os estudantes: o Decreto 477

O texto do Ato Institucional n.5 conferia ao presidente da República poderes praticamente ilimitados e, ao contrário de medidas autoritárias anteriores do próprio regime militar, sem prazo para expirar. Embora o primeiro artigo afixasse a manutenção da Constituição de 1967 (que logo seria revista), nos artigos seguintes ficava evidente que os preceitos da Carta Magna passavam a submeter-se à vontade do Poder Executivo. O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos e decretar estado de sítio. Além disso, o ato suspendia a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para retomar o expurgo do serviço público iniciado em 1964, mais uma vez foi decretada a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. O governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público, sem necessidade de processo ou inquérito, embora o decreto preser-

vasse o direito, “quando for o caso”, de vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Era uma espécie de reedição do primeiro Ato Institucional, só que mais autoritário e sem prazo de término. Se assim o desejassem, os militares no poder tinham instrumento “legal” para manter uma ditadura eterna.

Também foi reeditada a Comissão Geral de Investigações, em decreto promulgado poucos dias após o AI-5. Diferentemente da primeira versão, nesta não havia prazo para encerrar as investigações, e seu foco restringia-se a temas afetos à corrupção e às práticas administrativas ilícitas. Como o expurgo de 1964 tivesse gerado investigações malcoordenadas, desta feita os responsáveis pelo novo ciclo repressivo tentaram organizar melhor o trabalho. Para tanto, distinguiram as atividades de combate à subversão do trabalho de punição à corrupção. Para coordenar a investigação de crimes políticos foi criada a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, distinta da CGI.<sup>13</sup> Além desses órgãos, no início de 1969 foram montadas comissões de investigação sumária conectadas a alguns ministérios, como a Comissão de Investigação Sumária do Exército (Cisex) e a Comissão de Investigação Sumária do MEC (Cismec), que atuaram nas “investigações” em que se fundamentaram os expurgos de funcionários militares e civis das respectivas áreas.

Antes de examinar o papel desses órgãos no processo de expurgo dos professores, cabe analisar outro instrumento da repressão pós-AI-5, o famigerado Decreto n.477, em cuja elaboração também pontificou o ministro Gama e Silva. Promulgado em fevereiro de 1969, o 477 foi concebido para dismantlar o movimento estudantil, considerado perigoso adversário do governo no contexto dos eventos de 1968. A propósito, os textos que acompanharam o processo de elaboração do decreto são muito úteis para perceber os temores dos militares da área de segurança interna. Nós nos habituamos a pensar nos efeitos aterrorizadores das leis repressivas sobre seus alvos, porém esses documentos mostram que algumas autoridades no comando da repressão também tinham temores, principalmente em relação à capacidade de mobilização estudantil, e mesmo após a edição do AI-5. Por essa razão, decidiu-se, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, estabelecer legislação específica para coibir o ativismo dos estudantes.

Em 24 de janeiro de 1969, o secretário-geral do CSN, que era o titular do Gabinete Militar da Presidência, general Jaime Portela de Melo, enviou exposição de motivos ao presidente da República e aos ministros da Educação e da Justiça, acompanhada da minuta do projeto. Na exposição, Portela traçava cenário dramático dos acontecimentos de 1968, em que se teria verificado verdadeira rebelião estudantil, com a eclosão de massas de estudantes nas ruas, em

atos agressivos e audaciosos. As multidões haviam sido conduzidas por líderes subversivos que visavam destruir a “Revolução”, com incentivo de setores da imprensa e do Congresso. Segundo Portela, o quadro ficou pior pela omissão de muitas autoridades responsáveis, sobretudo as universitárias, que teriam deixado de cumprir sua obrigação. Na opinião do CSN, faltava instrumento legal para punir os agitadores e evitar ambiente de impunidade, pois os poucos reitores que tentaram expulsar alunos tiveram seus atos anulados pela Justiça. Para Portela, tratava-se também de dar fim a uma situação anômala, pois, uma vez que a maioria dos “agitadores” estudava em instituições públicas, em sua visão, o Estado estava “na curiosa situação de financiador da subversão”. A principal preocupação, entretanto, era prevenir-se contra a possibilidade antevista pelas agências de informação, que esperavam o recrudescimento do movimento estudantil com o retorno às aulas. Daí a intenção de editar a medida punitiva antes do início das aulas, a fim de evitar novos dissabores:

A falta de autoridade e de capacidade disciplinadora de muitos reitores e diretores, conjugada com a ausência de um instrumento legal eficaz, constitui as causas da total inexistência de aplicação de punições aos alunos, professores e funcionários agitadores, gerando um clima de impunidade altamente favorável à subversão. ...

As informações disponíveis no momento indicam que, encerrado o atual período de férias e de exames vestibulares, haverá um recrudescimento de agitações, em cadeia, em todo o Território Nacional. ...

Dessarte, em consonância com a execução, já em curso, da Reforma Universitária, através de medidas construtivas de longo alcance *visando modificar a estrutura arcaica do ensino brasileiro*, é de fundamental importância que a próxima reabertura do ano letivo já encontre o Estado dotado de instrumento legal que assegure a pronta adoção de sanções escolares, visando proteger a ordem e o princípio de autoridade.<sup>14</sup>

É evidente que a gravidade da situação política foi exagerada, a fim de convencer setores recalcitrantes no próprio governo, que achavam desmesurado e excessivamente discricionário o Decreto 477. Mesmo assim, a iniciativa revela a ansiedade dos órgãos de repressão quanto à possível continuidade da rebeldia estudantil em 1969, o que é confirmado por outros documentos produzidos no mesmo contexto. Em documento que reiterava os temores do CSN, de março de 1969, a Divisão de Segurança e Informações do MEC (Dsic ou DSI/MEC) advertia os reitores para que estivessem preparados. Após o início das aulas, esperavam-se novas manifestações estudantis motivadas pela falta de vagas

para os excedentes, e os gestores das universidades não poderiam deixar de adotar as devidas punições.<sup>15</sup> É interessante mencionar que algumas administrações universitárias partilhavam o temor ao movimento estudantil, pois certos reitores, por volta de 1969-70, passaram a utilizar carros sem identificação oficial ou com chapas frias.<sup>16</sup>

Dado o tom de urgência de Jaime Portela, em poucos dias os ministros Gama e Silva e Tarso Dutra responderam à sua consulta em documentos que tramitaram na alta burocracia federal com carimbos de “Reservado” ou “Confidencial”, e que foram preservados nos arquivos do CSN. Tarso Dutra respondeu estar de pleno acordo, enquanto Gama e Silva encaminhou proposta de substitutivo, em que sugeria adequar melhor o texto a outros instrumentos legais em vigor no país. Ele demonstrava total concordância com o espírito da lei, mas achava que havia confusão entre as noções de infração disciplinar e crime, com o risco de gerar conflitos com a legislação penal. Professor de direito e ministro da Justiça, “Gaminha” tinha conhecimentos e prerrogativas para interferir no texto legal, e aproveitou para nuançar um pouco o tom de ameaça aos dirigentes universitários que não punissem adequadamente os infratores. O decreto foi promulgado nos últimos dias de fevereiro, após tramitação recorde de um mês nos gabinetes da Esplanada dos Ministérios, bem a tempo de chegar ao conhecimento da comunidade universitária no início das aulas. O texto publicado foi o do substitutivo apresentado por Gama e Silva ao projeto original do CSN.

O Decreto-Lei n.477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo. Ele tornou-se um símbolo da ditadura, sempre lembrado em manifestações que reivindicavam o retorno à democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e à generalidade das “infrações” nele previstas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito.

Funcionários e professores também poderiam ser punidos com base no decreto, mas ele foi concebido em especial para desestruturar as organizações dos estudantes, praticamente os únicos punidos pelo 477. De fato, as infrações previstas remetiam a práticas da militância estudantil, sobretudo nos anos 1967 e 1968. Além de desligados das faculdades, os estudantes punidos ficavam três anos proibidos de se matricular em outra instituição de ensino superior. O decreto era draconiano a ponto de prever apenas um tipo de recurso, que servia para piorar as chances dos acusados: no caso de absolvição, o ministro da Educação deveria ser ouvido para confirmar ou não a decisão.

Antes de fazer um balanço da aplicação do Decreto 477, é importante esclarecer que ele não foi o único instrumento de repressão aos estudantes no âmbito universitário. Primeiramente, ocorreu nova onda de intervenções em entidades estudantis (DAs e DCEs), com destituição e prisão de lideranças e nomeação de novos responsáveis. Em certas instituições, os diretórios ficaram fechados por vários anos. Em algumas universidades, os dirigentes começaram a excluir estudantes “subversivos” logo depois do AI-5 e ainda antes da edição do 477. Com esse gesto, certos reitores demonstravam que a vontade de expurgar não era exclusiva das agências de repressão, que encontravam entre os dirigentes universitários aliados ou, ao menos, lideranças dispostas a se curvar à sua vontade. Na UFPB, ainda sob o comando de Guilardo Alves, foram excluídas dezenas de estudantes em fevereiro de 1969, alguns dias antes da promulgação do 477. No ofício reservado expedido para cumprimento da ordem alegava-se seguir recomendação das chefias militares da área. A maioria dos punidos ficou impedida de estudar na universidade entre um e dois anos, mas alguns foram excluídos de modo definitivo.<sup>17</sup>

Na UnB aconteceu o mesmo, porém em maior escala: 250 alunos foram excluídos da instituição no início de 1969, também sem se lançar mão do 477 – simplesmente tiveram a matrícula negada.<sup>18</sup> Na Faculdade de Medicina da UFMG, um grupo de estudantes acusados de pertencer a organizações armadas foi expulso com base no regimento interno da instituição, entendendo-se que seus atos haviam sido cometidos antes da vigência da nova lei.<sup>19</sup> Esses exemplos demonstram que os reitores dispunham de meios próprios para afastar estudantes tidos como subversivos sem necessitar de lei específica para isso. Correndo o risco de sofrer violências ainda piores, em época de total insegurança, a maioria das vítimas parece não ter reclamado, entretanto alguns estudantes entraram com ações judiciais em defesa do direito de matrícula, prática que se tornaria mais intensa em meados da década de 1970. Ressalte-se que a ação judicial só fazia sentido quando a matrícula era negada pela universidade. No caso dos atingidos pelo 477, não havia como reclamar.

No trabalho de identificação dos alvos da “limpeza” do novo ciclo repressivo, as autoridades militares e policiais forneceram seus préstimos. Em algumas cidades, recorreu-se a filmagens de passeatas e outros tipos de protesto ocorridos em 1968 para identificar os participantes, às vezes com a ajuda de funcionários das faculdades. Esse processo serviu também para a composição de “listas negras” divulgadas por alguns comandos militares, com os nomes dos estudantes já excluídos ou a excluir. A ideia era pressionar os dirigentes universitários para afastar os nomes visados e também para que eles não fossem

aceitos em outras instituições, a fim de se eliminar a influência da esquerda. O Comando da VI Região Militar, com sede em Salvador, por exemplo, disseminou um rol de aproximadamente cem universitários e 150 secundaristas. Listas parecidas circularam na Paraíba, no Rio de Janeiro, em Brasília e, presumivelmente, em outros estados. Do mesmo modo, circularam listas com a sugestão de não contratar como professores ex-estudantes subversivos. Em janeiro de 1969, o SNI difundiu uma relação de alunos e ex-alunos da UnB (cerca de uma centena) que não deveriam exercer o magistério, pelo risco “de seus educandos serem expostos à sua influência ideologicamente perniciosa e antirrevolucionária”.<sup>20</sup>

Em agosto de 1969, o consulado dos Estados Unidos em Recife fez análise da repressão nas universidades da área do Nordeste e colheu informações interessantes. O analista revelava sentimentos ambíguos: de um lado, via com bons olhos a repressão, pois a militância radical estudantil fora desmantelada e as aulas haviam sido retomadas, ao contrário da agitação de 1968; além disso, a ação repressiva vinha acompanhada de iniciativas modernizadoras. Entretanto, o autor do texto temia a diminuição da capacidade das universidades para formar lideranças “democráticas”, e o possível aumento de recrutamento de guerrilheiros entre os universitários, cujo repúdio ao regime militar se intensificou. Além disso, estava presente, mais uma vez, o temor de que aumentasse o sentimento antiamericano entre os jovens.

No Nordeste, os estados mais afetados parecem ter sido a Paraíba e Pernambuco. Já foi mencionada a exclusão de alunos da UFPB, onde também ocorreu o maior expurgo de professores da região. Em Pernambuco, cerca de 1.200 estudantes universitários (a maioria na capital) foi citada em algum tipo de processo repressivo. O impacto em Recife foi maior, pois quase 10% dos estudantes foram ao menos citados em processos punitivos (mil em 12 mil). Apenas no curso de engenharia da UFPE foram citados judicialmente oitocentos estudantes! Não obstante isso, no final, as punições efetivas se limitaram a menos de 10% dos universitários citados ou julgados, o que significava cerca de 1% do total de alunos. O reitor da UFPE tentou minimizar o expurgo ao informar que apenas 24 entre 8 mil estudantes da sua universidade haviam sido efetivamente punidos com o Decreto 477. Fica a dúvida se ele não omitiu os casos de exclusão por expedientes administrativos. No balanço feito pelo consulado, estimava-se que 73 universitários em Pernambuco haviam sido afastados das faculdades pelo 477 ou por outras vias. O expurgo teria sido maior, não fosse a resistência de alguns diretores, como os das faculdades de Medicina e de Direito, que resistiram a pressões para afastar alunos, e também de líderes da

Igreja, como o arcebispo dom Hélder Câmara, que deu declarações públicas em defesa dos estudantes perseguidos.

As pressões dos militares sobre dirigentes universitários recalcitrantes levaram ao afastamento de alguns deles, embora, ao contrário de 1964, não tenha havido intervenção formal. O reitor da PUC de Pernambuco, um jesuíta que se negava a punir estudantes, não aguentou as pressões e saiu em viagem para a Europa. Enquanto lá estava, 28 de seus estudantes foram expulsos, e ele renunciou ao cargo logo em seguida. Para aumentar a pressão e a vigilância, chefes militares e policiais do Nordeste passaram a estimular seus comandados a se matricular nas universidades, às vezes conseguindo para eles vagas sem a realização de exame vestibular. Em algumas turmas, acreditava-se que eles chegavam a 20% dos alunos.

Na avaliação do consulado dos Estados Unidos em Recife, após os meses iniciais de maior pressão, o impulso punitivo esfriou, e as vozes em prol de moderação se faziam ouvir entre os militares, de modo que, apesar de ainda haver nomes investigados, poucos efetivamente seriam punidos.<sup>21</sup> A perda de impulso da campanha para afastar os líderes estudantis também pode ser atribuída ao seu sucesso. Foram excluídas centenas de estudantes das universidades nos primeiros meses de 1969, em proporção bastante superior ao expurgo de 1964. A explicação é o medo dos órgãos de repressão diante do poder de mobilização demonstrado em 1968, assim como o prestígio adquirido naquele contexto pelas lideranças de esquerda. Tratava-se de eliminar drasticamente a capacidade que essas lideranças tinham de continuar mobilizando as massas estudantis, e de criar um clima de terror que desestimulasse o surgimento de novos líderes. Nesse ponto, a estratégia funcionou satisfatoriamente também, pelo menos a curto prazo. Em 1969 desapareceram as manifestações de estudantes, e algumas frágeis, embora corajosas, tentativas de protesto foram punidas com dureza e logo desmobilizadas.<sup>22</sup> No imediato pós-AI-5 e pós-477, instalou-se entre os estudantes o medo de protestar contra o governo militar, pois a sensação era de que dificilmente se escaparia das punições.

Ao fazer o balanço da aplicação do Decreto 477, constata-se, com surpresa, que o número de estudantes punidos por esse instrumento foi inferior ao dos expulsos das universidades por outros meios – sobretudo os regimentos universitários ou subterfúgios administrativos. Segundo levantamento do projeto Brasil Nunca Mais, 245 estudantes<sup>23</sup> foram punidos com base no decreto no decorrer dos dez anos de sua vigência, número relativamente baixo em vista da “celebridade” do 477. Deve-se lembrar que em 1969 havia cerca de 350 mil estudantes universitários, e em 1973 mais de 700 mil. Apenas o expurgo feito

pela reitoria da UnB no início de 1969 provocou estrago maior que o 477, com 250 estudantes afastados. O total de alunos excluídos das universidades entre 1969 e 1979 deve ter superado o milhar, e o Decreto 477 respondia apenas a um quarto do total.

Os textos que mencionam os expurgos universitários em 1969 tendem a destacar apenas o caso dos professores. Entretanto, a “limpeza” nas universidades após o AI-5 afetou proporção muito maior de estudantes, ao contrário de 1964. Isso se explica pela percepção dos órgãos de segurança a respeito das fontes de ameaça ao poder constituído. Significativamente, como se verá, alguns professores foram punidos não por serem considerados subversivos, mas pelo “crime” de incentivar ou não coibir a rebeldia estudantil.

Essas estimativas são confirmadas por documento produzido pela DSI/MEC em 1972, contendo a lista de todos os afastados com base no 477 até aquele ano. A intenção era fornecer às universidades o nome dos punidos, para impedir que se matriculassem em outras instituições – de fato, alguns tentaram e foram barrados. O documento listava o nome e a instituição de 207 estudantes expurgados até aquele momento. As universidades federais concentraram a maioria das punições (71 ocorrências na UFRJ, 34 na UFPE, 22 na UFMG, dezesseis na UnB), mas algumas instituições privadas também aplicaram o decreto, como a PUC-RJ (três casos) e a PUC-SP (quatro casos).<sup>24</sup> A ausência de alunos da USP na lista causa estranheza, mas, antes de concluir que não houve aplicação do 477 na maior universidade do país, deve-se supor algum problema na coleta de informações. Uma lista da UnB, de 1974, com os nomes dos punidos pelo 477 na instituição apresenta informações convergentes com o documento anterior. Ela contém os mesmos dezesseis nomes e mais outros oito expulsos em 1973.<sup>25</sup> Os dados disponíveis revelam que a maioria das punições ocorreu em 1969-70, e que depois de 1974 não houve mais casos de aplicação do 477, embora estudantes tenham sido excluídos por outros meios, por razões explicadas a seguir. Por isso, é factível aceitar o número de 245 apontado pela equipe do Brasil Nunca Mais como o total aproximado de estudantes punidos com o 477.

Embora o Decreto 477 tenha sido responsável pela minoria das expulsões, ele tornou-se símbolo de terror nas universidades, uma ameaça que pendia sobre quem ousasse cometer atos de indisciplina. Por isso foi instrumento repressivo bastante eficiente, tanto mais intenso porque os jovens não sabiam com certeza o que estava proibido. A punição severa tinha a capacidade de retirar a coragem de muitos, não obstante alguns jovens ousaram enfrentar os riscos e em alguns casos foram enquadrados, às vezes por distribuição de

panfletos ou cartazes “subversivos”, às vezes por invadir restaurantes universitários em protesto contra os preços praticados. Por exemplo, quatro membros da diretoria do DA da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG foram excluídos pelo 477, em maio de 1969, acusados de distribuir panfleto intitulado “As contradições da ditadura brasileira”.<sup>26</sup> Porém, a aplicação do 477 tendia a ser mais frequente contra militantes de organizações armadas, embora alguns dirigentes universitários sugerissem cautela nesses casos, pois, como o “inquérito” demorava apenas vinte dias, havia casos de condenação na universidade e posterior absolvição na Justiça Militar, gerando situação embaraçosa.<sup>27</sup>

O repúdio ao caráter discricionário do Decreto 477 foi muito intenso, inclusive no âmbito internacional, a ponto de gerar desconforto em simpatizantes e até em membros do governo. Para segmentos moderados do regime militar, o decreto os expunha em demasia à acusação de práticas ditatoriais, oferecendo “munição” para os opositores e aumentando a ira dos estudantes. Secretário de Justiça do governo Adhemar de Barros e reitor da USP entre 1970 e 1974, Miguel Reale entendia que, além de draconiana, a lei não graduava as sanções, como era praxe no direito penal (não havia uma escala começando das punições mais leves até as mais graves), por isso mesmo, muitas vezes deixou de ser aplicada.<sup>28</sup> O próprio ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que assumiu o cargo em fins de 1969, declarava reservadamente ter ressalvas quanto ao decreto. Em suas memórias, Passarinho afirmou ter feito gestões para atenuar os efeitos da lei e reivindicou mesmo ter reduzido sua aplicação ao interferir favoravelmente a alguns alunos investigados. Ele declarou que, ao assumir o ministério, conseguiu mudar o texto do decreto, passando a ter o direito de absolver, pois, no formato original, o ministro só poderia intervir para reverter decisões de absolvição. Ainda segundo ele, durante sua gestão foram absolvidos 106 estudantes, e punidos “apenas” 39, sendo que, nesses casos, todos estavam implicados em grupos revolucionários.

Naturalmente que, ao escrever suas memórias, Passarinho tinha razões para atenuar seu papel repressivo. Contudo, fontes da época confirmam que o ministro preferia a aplicação moderada do instrumento repressivo. Durante encontro público com reitores das universidades federais, no início de 1970, ele sugeriu cautela no uso do 477, para que não se cometessem exageros ou injustiças. Há também registros do SNI que confirmam decisões de Passarinho em benefício dos acusados, embora seja difícil confirmar os números por ele apresentados.<sup>29</sup>

Outro aspecto a ser levado em conta no caso de Jarbas Passarinho é sua estratégia de desmobilizar o radicalismo estudantil procurando mostrar-se

pessoa razoável e pronta ao diálogo. Nos meses iniciais de sua gestão, ele tentou criar uma espécie de câmara com membros estudantis para manter diálogo com o governo – o que foi chamado de Assessoria Estudantil. Como muitas lideranças estudantis receberam com ceticismo a iniciativa e recusaram-se a indicar nomes, por medo de serem cooptados pelo governo, a iniciativa acabou malograda.<sup>30</sup> De qualquer forma, limitar o uso do 477 era gesto de boa vontade para angariar simpatia, como em certa ocasião, em Goiânia, quando Passarinho decidiu absolver oito estudantes, contra a vontade do reitor, e foi escolhido paraninfo de uma turma de formandos.

No entanto, sugestões para suspender o decreto eram bloqueadas pelas áreas do governo comprometidas com a repressão. Em 1971, por exemplo, surgiram iniciativas dentro do Congresso para extinguir o 477. Naquele ano, a bancada do MDB no Senado, sob a liderança de Nelson Carneiro, propôs projeto de lei para revogação do decreto. Acionado, o CSN enviou ao presidente da República parecer enfaticamente contrário, alegando que o decreto permitira a depuração das universidades e que sua suspensão levaria ao imediato retorno do clima de agitação estudantil de 1968. A preocupação em reagir contra a iniciativa parlamentar foi menos por medo do MDB, sem forças naquele momento para aprovar qualquer coisa no Congresso, e mais porque, dentro do próprio governo e da Arena, havia pessoas simpáticas à ideia.<sup>31</sup>

Mesmo que as tentativas de revogar o decreto tenham malogrado, a existência de opiniões contrárias ou céticas à sua aplicação na área do governo serviu de estímulo a reitores e diretores interessados em moderar a repressão. Em algumas crises as autoridades adotaram atitudes moderadas e procuraram acomodar conflitos, para evitar confrontos maiores, em atitude tributária de tradições arraigadas na cultura política do país. Por exemplo, em outubro de 1970, estudantes de medicina da UnB fizeram paralisação pedindo aumento de vagas para o vestibular seguinte. Como a reivindicação parecesse razoável e não tivesse caráter subversivo, autoridades do MEC e da UnB negociaram com os alunos, embora o Decreto 477 proibisse esse tipo de manifestação. Newton Sucupira, na época o titular do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC, foi à universidade para negociar e ajudar o reitor Caio Benjamin Dias e seu vice, o capitão José Carlos Azevedo, a saírem da crise sem uso de punições. O próprio Azevedo, figura forte da universidade, temido pelos alunos, e que em outras ocasiões agiria com dureza, nesse episódio não desejava usar o 477. Eles fizeram algumas concessões aos alunos, como o aumento de 32 vagas, aproximadamente metade do demandado pelos estudantes, que foram ameaçados com a aplicação do 477 caso não aceitassem e continuassem em “greve”.<sup>32</sup>

Outro exemplo interessante ocorreu na USP, no primeiro semestre de 1975, em contexto de retomada das reivindicações estudantis, quando alguns líderes começaram a adotar atitudes mais audaciosas. Entre 1974 e 1975, a Escola de Comunicações e Artes (ECA) viveu situações críticas por causa da demissão de professores (entre eles Jair Borin, que foi preso no campus, e José Marques de Melo) e outras atitudes autoritárias adotadas pelo diretor Manuel Nunes Dias. Em 1975, a reprovação do professor Sinval Medina no exame de qualificação de mestrado serviu de estopim para protestos estudantis, motivados pela convicção de que ele sofrera perseguição política. Foram afixados cartazes que pediam a demissão do diretor, com apoio de estudantes de outras escolas, e o movimento evoluiu para uma paralisação estudantil na ECA que durou mais de dois meses. Em meio a esse quadro, a reitoria encaminhou abertura de inquérito para aplicação do Decreto 477 contra três estudantes. Entretanto, como houvesse possibilidade da eclosão de protestos estudantis ainda mais intensos em defesa dos três líderes, o reitor decidiu utilizar dispositivos do regimento interno como forma de punição.<sup>33</sup>

A tendência a moderar o uso do 477, cuja motivação era tanto por divergência com seus fundamentos quanto por pragmatismo político, inspirado em certas tradições políticas nacionais, não significa que os estudantes tiveram vida fácil. A vigilância dos órgãos de informação continuou intensa, e as administrações universitárias, por pressão dos militares ou por convicções próprias, interditarão algumas ações do movimento estudantil. Formalmente, as entidades estudantis (DCE e DA) reconhecidas pela legislação poderiam funcionar, e as autoridades educacionais proferiam discursos favoráveis à participação dos jovens nesses órgãos, desde que a militância política fosse evitada – a política era prática restrita aos dois partidos legais, dizia o governo. Em algumas universidades, as lideranças perderam o interesse em atuar em entidades tão manietadas pelo Estado, enquanto em outros casos os militares da região ou os próprios dirigentes universitários desestimulavam o funcionamento dos diretórios.

Mesmo que o 477 não tenha sido aplicado depois de 1974, havia outros meios de afastar estudantes considerados indesejáveis, como o subterfúgio usado por certas reitorias de negar a matrícula, ainda que sob o risco de enfrentar ações judiciais.<sup>34</sup> Por exemplo, alguns jovens presos em virtude das leis de exceção e libertados sem condenação, mesmo assim, tiveram a matrícula negada.<sup>35</sup> Houve casos também de negação de transferência e mesmo exigência de atestados de “bons antecedentes” expedidos pelos órgãos de segurança para a confirmação de matrícula. Para reforçar o aparato repressivo, os regi-

mentos internos de algumas instituições foram alterados a fim de endurecer as punições e ampliar as infrações, o que dava aos reitores alternativa menos desgastante politicamente que o uso do mal-afamado Decreto 477.

### Os professores na mira: o AI-5 e o AC-75

No momento da edição do AI-5, os órgãos de repressão estavam mais preocupados em expurgar os estudantes, seu objetivo prioritário. Entretanto, os professores e pesquisadores oposicionistas também eram alvos importantes e foram “lembrados” logo em seguida, tendo os primeiros expurgos ocorrido no fim de abril de 1969. No caso dos docentes, em parte tratava-se de acerto de contas com o passado, para aplacar a frustração da direita militar em relação à “Operação Limpeza” inicial. Com o AI-5, esses grupos tiveram sua chance de acertar contas com os antigos “inimigos”, e vários professores que escaparam à degola de 1964 desta feita foram atingidos. Para satisfação desses grupos, em 1969 não houve inquéritos, processos, nem tomada de depoimentos. A “justiça revolucionária”, tal como eles demandaram, veio de cima e sob o controle central, sem limites legais ou prazos de expiração. Isso não significa que as punições tenham sido decididas somente pelos militares, ou que não tivessem ocorrido gestões moderadoras ou negociações para “salvar” alguns nomes. Tampouco ocorreu expurgo sistemático das universidades, pois alguns professores de esquerda não foram atingidos. Ainda assim, o contexto do AI-5 propiciou aos militares radicais condições políticas para uma “limpeza” mais abrangente que a de 1964, até que seu impulso foi contido ou se dissipou.

O expurgo de professores no segundo ciclo repressivo teve impacto bem superior ao de 1964. Para a primeira “limpeza” pode-se estimar em aproximadamente uma centena o total de afastados por atos formais (entre aposentados e demitidos), enquanto em 1969 esse número foi um pouco superior, cerca de 120. Ressalte-se que se trata somente de professores universitários, a conta não inclui docentes dos outros níveis, cujo expurgo implicou números provavelmente menores. Chegou-se a esse total por meio de levantamento no *Diário Oficial da União*, mas há outras estimativas, por exemplo, a de Marcus Figueiredo, que apontou 168 professores punidos, e dados da revista *Veja*, que em outubro de 1969 estimou esse número em 95.<sup>36</sup> No entanto, poucas semanas depois da publicação da reportagem, saíram mais duas listas de aposentadorias, de modo que o cálculo em torno de 120 é mais confiável.

Houve outros expurgos além desses atos oficiais do governo federal, sem alarde e sem necessidade de utilizar as prerrogativas do AI-5. Mais uma vez se tratava de instituições com reitores afinados com as demandas repressivas, que não precisavam de grande estímulo para praticar pequenas “operações limpeza”. Na UFPB, a mesma reitoria que excluiu dezenas de estudantes e determinou intervenção nos diretórios estudantis expurgou também o corpo docente, afastando cerca de vinte professores.<sup>37</sup> Em março de 1969, no reinício das aulas, saiu a decisão de romper o contrato de trabalho desse grupo de docentes, que provavelmente ainda não tinham adquirido estabilidade.

Na UnB, o corte foi ainda mais drástico: a administração demitiu 79 professores entre dezembro de 1968 e abril de 1969 – um recorde certamente triste. De forma curiosa, o episódio é virtualmente desconhecido e nem sequer citado nos textos referentes à UnB.<sup>38</sup> É possível que nem todas as demissões tivessem fundamento político, daí, talvez, a falta de memória em relação ao caso. Entretanto, “limpeza” desse porte no início de 1969 dificilmente deixaria de ter fundamentos políticos, sobretudo porque a UnB viveu momentos tensos em 1968, com estudantes mobilizados e invasão policial do campus. Muitos professores da instituição se solidarizaram com os estudantes presos e protestaram contra as políticas repressivas do governo. Em junho de 1968, por exemplo, foi realizada uma assembleia docente que aprovou documento com críticas duras ao governo e às autoridades educacionais, não somente responsabilizadas pela violência, mas também acusadas de submissão a interesses internacionais. Após desancar o governo, em tom de desafio, o documento terminava com um chamado à participação em passeata de protesto.<sup>39</sup> Decerto os responsáveis pela assembleia e os que apoiaram suas decisões entraram na lista da “degola”.

Em suma, os expurgos de 1969 não se restringiram aos aposentados pelo AI-5, mas, nos casos citados da UnB e da UFPB, é difícil saber quantos contratos foram rescindidos por razões políticas. Independentemente do número exato, o expurgo de 1969 deixou marcas mais fortes que o episódio de 1964. Primeiro, porque desta feita os desligamentos atingiram, em proporção maior, professores e pesquisadores com liderança nas respectivas áreas, em fase madura de produção e, em certos casos, com reconhecimento internacional. Em 1964, entre os demitidos, predominavam os jovens; além disso, muitos deles reconstruíram a carreira em outras instituições brasileiras. Em 1969, além de os punidos ocuparem lugar mais destacado nas universidades, um número mais elevado foi para o exterior, privando o país de sua capacidade de trabalho e de liderança acadêmica.

Por outro lado, o expurgo de professores em 1969 teve maior impacto também pelas peculiaridades do contexto. Em 1964, os professores atingidos

representavam uma fração dos milhares de servidores públicos civis e militares afastados na primeira onda repressiva. Em 1969, comparativamente, houve menor número de servidores atingidos, por isso o expurgo de professores chamou mais atenção – ao lado dos juízes destituídos e dos parlamentares que tiveram mandatos e direitos políticos cassados. Houve expurgo no Itamaraty também, mas, como foi pouco divulgado, não causou grande impressão pública.<sup>40</sup>

Naturalmente, as aposentadorias tiveram o efeito de uma “bomba” sobre os atingidos, ainda que as situações individuais tenham variado bastante. Alguns professores foram colhidos no exterior, durante viagens de trabalho ou estágios para a pós-graduação, enquanto outros se refaziam depois de um período de detenção. Muitos foram surpreendidos ao ver seus nomes nas listas, mas outros foram avisados de antemão e ficaram em angustiosa expectativa. Isaías Raw foi advertido por diplomatas americanos, e Miriam Limoeiro Cardoso, por uma aluna (!), o que a levou a acordar de madrugada, no dia seguinte ao do aviso, para, em companhia da mãe, comprar o jornal que traria a fatídica confirmação. Um grupo de professores da USP reuniu-se para ouvir a transmissão da *Hora do Brasil* e, em conjunto, recebeu a amarga notícia.<sup>41</sup>

Essas informações revelam que boatos sobre as aposentadorias começaram a circular alguns dias antes de sua oficialização, o que deu a algumas pessoas a oportunidade de tentar reverter a situação. Isaías Raw, por exemplo, foi estimulado por um colega a conversar com influente político mineiro, mas as gestões não produziram resultado. Esse professor da USP ficou intrigado com a posição dos americanos, que tinham poder para obter informação sigilosa de antemão, mas foram incapazes de evitar sua aposentadoria. Outro dos punidos, Gerson Boson, então reitor da UFMG, revelou que foram feitos esforços para retirar nomes das listas de punidos, inclusive o dele. Tais negociações envolviam políticos e ministros, como Rondon Pacheco e Tarso Dutra, e, de acordo com Boson, alguns professores acabariam preservados. Porém, com a doença do presidente Costa e Silva e a ascensão da Junta Militar que governou o país entre setembro e outubro de 1969, alguns atos punitivos “engavetados” foram editados, por pressão dos órgãos repressivos.<sup>42</sup> Com isso saíram as aposentadorias de mais alguns professores, principalmente de um grupo da UFMG (incluindo Boson) e da UFRGS.

Outros depoimentos de membros da comunidade acadêmica confirmam os boatos sobre a “entrada e saída” de nomes das listas, indício de que as decisões sobre os atos punitivos eram entremeadas de gestões e pressões das mais diversas origens, com resultados incertos. Segundo entrevistados de São Paulo, circularam boatos de que o influente diretor de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de

Mesquita Filho, conseguira retirar alguns nomes da lista de punidos da USP.<sup>43</sup> Outro entrevistado, o professor Francisco Calazans Falcon, tem razões para acreditar que seu nome saiu da lista de punidos da UFRJ por intervenção de um amigo, o também professor Artur César Ferreira Reis, figura influente nos círculos governamentais, embora Falcon nada lhe tivesse pedido. Ferreira Reis era membro do CFC e havia sido governador do Amazonas na época de Castello Branco, e auxiliou outros professores perseguidos no Rio de Janeiro.<sup>44</sup>

Essas informações mostram que o processo punitivo não foi tão implacável como podia parecer, e tampouco bem-planejado. Indício curioso dos erros de execução nas “punições” (entre aspas, porque ninguém cometeu qualquer delito), foram os equívocos de grafia nos nomes publicados nas listas oficiais. Uma professora teve um sobrenome acrescentado ao seu, Miriam Limoeiro Cardoso, que virou Miriam Limoeiro Cardoso Lins. Sami Sirihal, professor de literatura brasileira na UFMG, talvez pela dificuldade do nome incomum, foi registrado duas vezes, ambas incorretamente: Samy Syrimal e Samir Siribac. Em outro caso, o nome publicado no *Diário Oficial* estava tão diferente do original que os funcionários da universidade ficaram em dúvida se deveriam retirar ou não o professor Nassim Gabriel Mehedff do serviço ativo: o nome dele foi grafado Hassin Gabriel Merediff.<sup>45</sup> Outro caso confuso se deu com o professor e jurista Evaristo de Moraes Filho, que tinha um meio-irmão de nome Antonio Evaristo de Moraes Filho, igualmente profissional de direito, e que atuava como advogado de presos políticos. A aposentadoria atingiu o professor, que lecionava sociologia no IFCS da UFRJ, mas algumas pessoas acharam que a intenção era atingir o irmão mais novo, o advogado.<sup>46</sup>

Situação anômala ocorreu com aposentados que não eram efetivamente professores de instituições públicas. O caso mais conhecido é o do historiador Caio Prado Jr., que, além de “aposentado”, foi preso e processado com base na Lei de Segurança Nacional, por entrevista a jornal estudantil em que supostamente fazia apologia da luta de classes e da revolução socialista. Como a prisão e a abertura de processo aconteceram muitos meses após a entrevista, possivelmente o objetivo era aterrorizar os meios intelectuais de esquerda, com a detenção de um de seus mais prestigiados membros. Após um ano e meio preso por condenação na primeira instância, Prado Jr. foi absolvido pelo STF, em agosto de 1971. Mas ele não era professor da USP, apenas tinha título de livre-docente. As tentativas de explicar o “erro” dessa aposentadoria variam desde ironias à ignorância das forças de repressão, que não sabiam que o título de livre-docente não representava cargo, até a hipótese de que estavam se antecipando para impedir a futura contratação do historiador. De fato, corria

na USP o boato de que Caio Prado Jr. desejava candidatar-se a cátedra no Departamento de História, em substituição a Sérgio Buarque de Holanda. No entanto, o ato de aposentadoria de Prado Jr. foi retificado pouco depois, aparentemente uma confirmação do erro cometido.<sup>47</sup> Bolívar Lamounier foi outro a ser “aposentado” sem que ocupasse cargo em instituição pública (na época ele trabalhava no Iuperj).

Situação peculiar ocorreu também com pessoas que tinham contratos de trabalho precários ou provisórios e recebiam proventos sob a forma de bolsas, sem integrar ainda a folha de pagamentos oficial. Não devem causar estranheza essas situações, pois na época havia profundas mudanças administrativas nas universidades. Em tais casos, os afastados, a exemplo de Miriam Limoeiro Cardoso, ficaram sem receber os devidos direitos trabalhistas. Outra história mal-esclarecida é a de Lincoln Bicalho Roque, aposentado em 1969 e morto anos depois, quando militava em organização revolucionária de esquerda. As pessoas entrevistadas lembram-se dele como aluno da FNFfi, e não como professor.<sup>48</sup> Há outras situações difíceis de elucidar, pois os documentos das agências repressivas são incompletos, e os arquivos das universidades em geral são pouco organizados.

Os autores que analisam as aposentadorias decorrentes do AI-5 tendem a mencionar apenas as duas maiores listas de punidos, por terem sido as primeiras e por envolver professores do eixo Rio-São Paulo. Entretanto, o processo de punição seguiu até outubro de 1969, em trajetória nada linear, tendo atingido docentes de todo o país. É possível que, após a onda inicial de abril e maio, quando saíram as primeiras listas, as pressões e críticas recebidas pelo governo tenham estimulado a moderação, pois as punições voltaram a ser editadas apenas no período da Junta Militar, em setembro e outubro. Embora professores de todas as regiões tenham sido afetados, de fato houve concentração de casos no Sudeste e no Sul. Segundo registros do *Diário Oficial*, algumas universidades do Norte (UFPA), Centro-Oeste (UFG) e Nordeste (UFPB, UFC, UFBA, UFPE, UFRN) foram atingidas, mas, em geral, com número entre um e três professores aposentados, enquanto os afastados das universidades de São Paulo e Federal do Rio de Janeiro representaram cerca de 50% do total.

A primeira lista saiu no dia 28 de abril e tinha 41 nomes, quase todos vinculados a instituições cariocas. Vinte e três deles eram professores da UFRJ, enquanto os demais eram docentes do Colégio Pedro II, da UFF, da UFRRJ, da Uerj, de escolas estaduais ou de instituições privadas. A unidade mais afetada foi o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), que reunia os departamentos de Ciências Sociais, História e Filosofia da antiga FNFfi. Foram aposentados

os historiadores Maria Yedda Linhares, Eulália Lahmeyer Lobo, Manoel Maurício de Albuquerque, Hugo Weiss e Guy de Holanda, o filósofo José Américo da Mota Pessanha, a antropóloga (e diretora do IFCS) Marina São Paulo de Vasconcellos e as sociólogas Moema Toscano e Miriam Limoeiro Cardoso. Outra área muito atingida foi a física, com os professores José Leite Lopes, Elisa Frota-Pessoa, Plínio Sussekind da Rocha e Sarah de Castro Barbosa. O também físico Jayme Tiomno estava na lista, mas seu contrato naquele momento era com a USP. A antiga Escola Nacional de Belas Artes também pagou seu tributo, pois perdeu Quirino Campofiorito, Mário Antonio Barata e Abelardo Zaluar.<sup>49</sup>

Na primeira lista foram incluídos três nomes da USP: Tiomno, Florestan Fernandes e João Batista Vilanova Artigas. A lista seguinte, publicada dois dias depois, trazia mais 24 nomes, todos da área de São Paulo. A grande maioria era docente da USP, mas havia alguns nomes de pesquisadores do Instituto Butantã. Somados com os três da lista anterior, a USP perdia entre 22 e 25 docentes. A unidade mais afetada foi a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que perdeu Bento Prado, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Paula Beiguelman, que se somaram a Florestan Fernandes, punido na lista anterior. Outros nomes de destaque eram Mario Schenberg (Física), Luiz Hildebrando Pereira e Isaías Raw (Medicina), Jean-Claude Bernardet (ECA), o economista Paul Singer e o reitor em exercício Hélio Lourenço.

Em junho saíram mais três aposentadorias, entre elas a do deputado do MDB e professor titular da UFBA Mário Piva, um dos políticos cassados. Outro deputado cassado, Edgar da Mata Machado, também foi aposentado de seu cargo na UFMG e demitido da PUC-MG.<sup>50</sup> A propósito, em maio de 1969, o governo baixou o AI-10, para “esclarecer” a situação das pessoas que perderam os direitos políticos e eram servidores do Estado. O AI-10 determinava a aposentadoria ou demissão de todos os funcionários públicos que tivessem os direitos políticos suspensos.

Novas listas com números expressivos de aposentados só voltaram a sair em setembro, desta feita dirigidas especificamente à UFRGS e à UFMG. A primeira lista de gaúchos foi publicada no *Diário Oficial* em 1º de setembro, e há dúvidas sobre a autenticidade da assinatura do presidente Costa e Silva.<sup>51</sup> Ele estava incapacitado fisicamente por uma trombose sofrida dias antes, e que levou a seu afastamento oficial do poder em 31 de agosto. Além disso, há indícios de que Costa e Silva não desejava mais expurgos além dos já realizados nos primeiros meses de 1969. Testemunhos de auxiliares de Costa e Silva mencionam isso, e há evidência mais significativa na ata da última reunião do CSN presidida por

ele para definição de cassações políticas, em 1º de julho de 1969. Ao término da reunião, que aprovou nova leva de políticos cassados, Costa e Silva declarou que o expurgo na área federal estava terminado.<sup>52</sup>

A primeira lista de gaúchos afastados foi assinada no dia 29 de agosto de 1969 e tinha catorze professores da UFRGS. Como nas listas anteriores, houve equívocos também, pois constava o nome de um professor de cursinho pré-vestibular e outro do ensino secundário. Nessa primeira leva da UFRGS, predominavam professores das faculdades de Arquitetura (por exemplo, Carlos Fayet, Emílio Ripoll) e de Filosofia (por exemplo, Leônidas Xausa, Gerd Bornheim, João Carlos Brum Torres), incluindo o diretor desta última, Angelo Ricci.<sup>53</sup>

Alguns dias depois saiu a aposentadoria do professor Dumerval Trigueiro Mendes, pesquisador importante da área de educação e membro do CFE. A aposentadoria do docente da UFPB era motivada por sua atuação no CFE, do qual também foi afastado. Ele se opusera à proliferação de escolas isoladas e criticara a política educacional do governo, incluindo a iniciativa de criar a disciplina de moral e cívica.<sup>54</sup> No dia 15 de setembro de 1969 saiu a lista dos mineiros, com catorze nomes, doze dos quais docentes da UFMG e um da UFJF (Andrea Loyola). Constavam da lista Amílcar Vianna Martins (Medicina), Lourival Vilela (Direito), Sylvio de Vasconcellos (Arquitetura), Julio Barbosa (Ciências Sociais), Rodolpho Bhering (Face), Celson Diniz Pereira (Física), entre outros. É importante referir que Bhering e Vilela eram diretores das respectivas faculdades.<sup>55</sup>

No dia 10 de outubro, o *Diário Oficial* voltava a trazer notícias ruins para os meios acadêmicos, com nova lista de aposentados na UFRGS. Dessa vez, tratava-se de punição pelo “delito” de protestar contra o expurgo do grupo anterior em documento enviado ao reitor, Eduardo Faraco. O texto, em linguagem desabrida e corajosa, chamava o ato de crime e exigia do reitor a reintegração dos colegas da Faculdade de Filosofia, sugerindo a Faraco que renunciasse caso não pudesse reverter as aposentadorias. Além disso, os professores apoiaram uma paralisação estudantil que durou mais de um mês. O chefe de gabinete do MEC foi enviado a Porto Alegre para pressionar os signatários da carta a se retratarem, sob o risco de punições severas. Incomodava o tom desafiador do protesto e preocupava a greve dos estudantes, e, embora houvesse instrumentos para punir a todos, o governo tentou negociar para reduzir o escopo da repressão. Segundo informação do Centro de Informações do Exército, os militares da área atuaram para evitar a disseminação dos protestos para outras faculdades, de modo que o movimento teria ficado circunscrito às faculdades de Arquitetura e de Filosofia. As pressões levaram à retirada de muitas das assinaturas; segundo o CIE, alguns professores da Faculdade de Arquitetura

procuraram o reitor para se retratar e fizeram um despacho por escrito na própria carta. No fim, um grupo de sete professores dos cursos de filosofia e letras se recusou a recuar (a carta original foi assinada por 26), e seis deles foram aposentados: Victor de Brito Velho, Carlos de Brito Velho, Carlos Roberto Velho Cirne Lima, Dionísio de Oliveira Toledo, Realsylvia Kroeff de Souza, Maria da Gloria Bordini.<sup>56</sup> Outros professores insatisfeitos com o expurgo viriam a pedir demissão por conta própria. Curiosamente, parece que nenhum dos estudantes foi punido com o 477, o que talvez se explique pelo fato de muitos deles terem abandonado a universidade, desanimados diante da destruição do corpo docente de alguns cursos, principalmente os de filosofia e arquitetura.

No dia 16 de outubro saiu mais uma lista de professores aposentados, com mais três nomes da UFMG: o reitor Gerson Boson, o ex-reitor Aluísio Pimenta e o diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pedro Parafita de Bessa. No caso de Pimenta, tratava-se de “conta pendente” aos olhos dos radicais da direita militar, que o desejavam fora desde 1964. Somando todas as aposentadorias de 1969, a UFMG perdeu quinze docentes, a UFRGS, dezoito, a USP, entre 22 e 25, e a UFRJ, 23, o que corresponde a cerca de 70% do total de docentes expurgados. Esses não são números precisos, pois as próprias fontes são inexatas, porém, se houver erro, não será de grande monta. Com isso, vê-se que o regime militar atingiu a maioria das universidades públicas de grande expressão, lembrando que a UnB fez um expurgo próprio, a propósito, o maior deles. Os dados coligidos no *Diário Oficial* apontam casos de aposentadorias em outras universidades também, embora em número menor, entre elas, UFPE, UFPB, UFPA, UFBA, UFRN, UFF, UFRRJ, UFJF e UFG.<sup>57</sup>

É importante mencionar que houve demissões também na área dos institutos de pesquisa, como o chamado “Massacre de Manguinhos”, em que dez pesquisadores do instituto criado por Oswaldo Cruz foram aposentados com base no AI-5, no início de 1970. A perda representava 10% dos quadros da instituição, mas, do ponto de vista qualitativo, o estrago foi proporcionalmente superior, pois saíram pesquisadores importantes, como Haity Moussatché, Herman Lent, Tito Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e Fernando Ubata. A decisão foi tomada pelo ministro da Saúde, Francisco Rocha Lagoa, ex-diretor do instituto e antigo desafeto dos aposentados, a quem já tentara afastar. Pesaram no caso, além de desavenças internas, acusações de vínculos com o PCB, negadas pelos atingidos.<sup>58</sup>

A partir daí não houve mais expurgos de monta nas universidades,<sup>59</sup> não por falta de demanda dos setores radicais do regime, mas pela ausência de apoio no comando do governo. O grande expurgo de 1969 foi possível pelas

peculiaridades políticas do contexto, em que os radicais da direita se viram, momentaneamente, livres para atuar. Depois dessa fase, os órgãos de informação iriam se dedicar a monitorar os professores suspeitos ainda em atividade e tentar interditar a contratação dos que consideravam perigosos, com sucesso variável, como se verá adiante.

Embora o número de atingidos fosse modesto em vista das dimensões do corpo docente universitário, e pequeno em comparação com os expurgos de ditaduras vizinhas, como a Argentina,<sup>60</sup> as demissões tiveram grande impacto. Em 1969 havia aproximadamente 15 mil docentes nas universidades federais e 5 mil nas estaduais, de modo que os aposentados e demitidos representaram em torno de 1% dos professores universitários do setor público. Entretanto, o impacto foi maior do que levaria a pensar a simples contabilidade percentual, pois se tratava das instituições mais importantes do país, com grande visibilidade e liderança acadêmica. Para além do clima político sinistro que baixou nas universidades, já afetadas pelo expurgo dos estudantes, as aposentadorias geraram também prejuízos acadêmicos e científicos.

Entre os professores entrevistados para este livro, as opiniões divergem um pouco quanto à pergunta sobre os prejuízos científicos causados pelos expurgos. Naturalmente, todos concordam ter havido grande perda, que levou desânimo a alguns grupos e atraso no desenvolvimento de certos projetos. Alguns, porém, inclusive entre os professores atingidos, pensam que as universidades se recuperaram depressa, pois os aposentados haviam formado estudantes que ocuparam as vagas abertas.<sup>61</sup> Além disso, o aumento de verbas para pesquisas e pós-graduação, processo simultâneo às aposentadorias compulsórias, gerou melhores condições de trabalho, facilitando a superação das perdas. Mas é importante ressaltar que as circunstâncias variaram, a depender da instituição e da área, implicando prejuízos diferenciados. Na área das ciências humanas, por exemplo, os departamentos de História da UFRJ, de Sociologia da USP e de Filosofia da UFRGS sofreram pesadas perdas, com consequências negativas duradouras. Nas ciências naturais, o setor mais atingido foi a física, que viu alguns de seus mais eminentes pesquisadores emigrarem para o exterior. A razão para essa área ter atraído mais atenção dos órgãos policiais foi sua tradição de engajamento político, às vezes nas organizações de esquerda.<sup>62</sup> Além disso, os físicos trabalhavam em área estratégica e considerada indispensável à segurança nacional, o que contribuiu para a vigilância cerrada. Também merece destaque o alto índice de pesquisadores da medicina atingidos, sobretudo do setor de parasitologia, com tradição de politização pela proximidade com os problemas sociais do país.

Voltando o foco para os impactos pessoais, as aposentadorias implicaram grave dano à vida dos atingidos, tanto no aspecto particular quanto no profissional. Houve casos de casamentos desfeitos, famílias em dificuldades financeiras e filhos traumatizados. A filha de uma das docentes aposentadas da USP, por exemplo, uma criança que ouvira histórias sobre a violência policial, preparou material de primeiros socorros para a mãe, temendo que ela fosse torturada na prisão. Professores viveram momentos de intensa amargura e angústia, ao ver sua carreira e seu futuro profissional destruídos, ao mesmo tempo que colegas oportunistas assumiam seu lugar. Segundo depoimentos, a depressão profunda consumiu dois professores atingidos no Rio de Janeiro, e eles viriam a morrer em pouco tempo. Ainda no Rio, outra professora passou a viver com graves dificuldades financeiras, já que a aposentadoria proporcional tinha valor irrisório. Até conseguir reorganizar a vida, ela teve de alugar um quarto de seu apartamento para fazer face às despesas. Alguns nem chegaram a receber proventos como aposentados, fosse porque as instituições alegavam não haver registros, fosse pelo pouco tempo de vigência do contrato de trabalho.

Era difícil para os aposentados conseguir trabalho em outras instituições, porque eles ficaram visados, e os potenciais empregadores tinham medo de represálias políticas. Por isso, a opção de emigrar tornou-se atraente. Entre os aposentados em 1969 foram trabalhar em outros países: José Leite Lopes, Luiz Hildebrando Pereira, Aluísio Pimenta, Isaías Raw, Emília Viotti da Costa, Gerd Bornheim, João Carlos Brum Torres, Jayme Tiomno, Amilcar Vianna, entre outros. Quando o governo baixou o Ato Complementar n.75 (AC-75), a situação ficou ainda pior, pois a intenção era impedir a atividade profissional do grupo no Brasil. O texto do AC-75, editado em outubro de 1969, proibia que instituições públicas ou privadas que recebessem subvenções do Estado contratassem professores atingidos pelos atos institucionais. A intenção era evitar o que ocorreu em 1964, quando docentes demitidos retomaram suas carreiras em outras universidades.

Porém, o AC-75 era também uma resposta a um episódio ocorrido em Porto Alegre, onde o diretor da Faculdade de Direito da UFRGS, Ruy Cirne Lima, tentou acolher aposentados em uma fundação ligada à universidade. Em 13 de outubro de 1969, ele comunicou ao reitor que iria contratar três dos professores da Faculdade de Filosofia aposentados para trabalhar no Instituto de Direito Público, sem ônus para a UFRGS ou para o governo federal. O reitor, Eduardo Faraco, respondeu que o caso fugia à sua alçada e mandou aviso ao MEC sobre o assunto. Os meios militares ficaram irritados, inclusive pela repercussão na imprensa. Nas palavras de um relatório do CIE, que monitorou o caso, o ato

de Cirne Lima “teve repercussão desfavorável, não só no meio militar, como também no meio civil ligado à Revolução”. Daí a motivação para o novo ato autoritário, que, ainda de acordo com o texto do CIE, “vem esclarecer, em definitivo, a situação de professores atingidos pelas sanções previstas no AI-5”. O AC-75 foi publicado no dia 21 de outubro, uma semana após o MEC ser informado da iniciativa do diretor da Faculdade de Direito da UFRGS.<sup>63</sup>

O AC-75 foi uma resposta imediata à situação criada em Porto Alegre, mas teve consequências em todo o país. O objetivo principal era impedir a contratação dos punidos para trabalhar em outros órgãos públicos diretos ou indiretos, que, afinal, respondiam pela maioria dos empregos disponíveis na área acadêmica. Mas algumas instituições privadas ficaram temerosas também, com medo de represálias indiretas, como corte de auxílios, suspensão de vantagens fiscais e coisas do gênero. Certos professores afastados das universidades foram igualmente demitidos de outros cargos públicos em decorrência do AC-75, como Jayme Tiomno, Mario Schenberg e Elisa Frota-Pessoa, afastados do CBPF, ou Erney Plessmann, demitido da Universidade Estadual de Londrina (UEL), sendo que no último caso tratava-se de sanção sofrida pelo primeiro Ato Institucional. No Rio Grande do Sul, Gerd Bornheim, um dos aposentados da UFRGS, foi demitido da PUC e mudou-se para a Europa, enquanto no Rio de Janeiro Miriam Limoeiro Cardoso perdeu o emprego na Ebap/FGV.<sup>64</sup>

No clima de total insegurança vivido após o AI-5, tanto mais porque confrontos armados entre agentes do Estado e grupos de esquerda tornaram-se frequentes – assim como era visível o aumento da violência policial e a generalização da tortura –, nada mais natural que os professores afastados temessem por sua integridade física. De fato, alguns deles tiveram a desagradável oportunidade de conhecer os centros de detenção do Estado, embora alguns docentes fossem “frequentadores” assíduos desses locais desde 1964. Não obstante, não há muitos registros sobre prisões de professores universitários nesse momento, apesar da sensação de terror experimentada por muitos. Alguns dos aposentados foram presos no início de 1969, como Emília Viotti da Costa, recolhida em sua residência por policiais do Dops, que exibiram metralhadoras para amedrontá-la; ou Nassim Mehedff, detido no CPOR de Belo Horizonte. No Rio, foram presos Evaristo de Moraes Filho, Maria Yedda Linhares, Marina São Paulo e Eulália Lahmeyer Lobo, aparentemente para evitar suposto protesto durante a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, em junho de 1969.<sup>65</sup>

Ao longo dos anos seguintes, vários outros professores universitários seriam presos ou chamados a comparecer diante das autoridades policiais. Muitas vezes eram operações de “aterrorização”, em que a pessoa depunha por algumas

horas ou ficava detida por alguns dias e era libertada depois, sem explicações nem processos. Luiz Costa Lima foi detido assim, tendo sido submetido a isolamento rigoroso e tortura psicológica, em uma sala branca e vazia, com luzes acesas continuamente, levando à perda de noção de tempo, enquanto Miriam Limoeiro e Maria Hermínia Tavares foram chamadas para breve interrogatório. Em algumas situações, professores foram detidos por suspeita de apoiar militantes revolucionários, como o já mencionado caso de Ernesto e Amélia Hamburger. Mesmo quando não sofriam abusos físicos, as prisões abarrotadas e a proximidade da violência – às vezes se ouviam os gritos dos torturados – provocavam experiências impactantes e inesquecíveis nos detidos.

Houve também episódios mais violentos, em que os docentes presos foram torturados em cárceres ou quartéis, assim como alguns casos de morte ou desaparecimento. É importante referir que a violência praticada pelos agentes repressivos tendia a ser maior quando havia suspeitas de militância em organizações clandestinas (ver Capítulo 7). Neste momento, basta realçar que o medo se espalhou entre os meios acadêmicos, para satisfação dos órgãos de repressão, que desejavam exatamente isso.

### A (ir)rationale dos expurgos

Cabe agora analisar as motivações para os expurgos, que em certos casos parecem desafiar a lógica, bem como avaliar os papéis desempenhados pelos diferentes agentes do Estado. Aborda-se em primeiro lugar o segundo ponto: quem tomou as decisões? Em seguida se enfrentará a outra questão: por quê?

Desde a época dos eventos circulam versões nos meios universitários sobre o papel preponderante de dois professores: Luís Antônio da Gama e Silva, na USP, e Eremildo Vianna, na UFRJ. De fato, ambos tinham influência nos círculos radicais do regime militar, principalmente o primeiro, e também interesse em aproveitar a onda repressiva para livrar-se de desafetos nas respectivas instituições. Nas listas entraram nomes de inimigos pessoais dos dois, sobretudo de Eremildo, que deve ter comemorado a aposentadoria de antigos adversários do tempo da FNFi. Quanto a Gama e Silva, seu papel na elaboração da lista da USP foi notório, a ponto de a imprensa da época mencionar abertamente o assunto.<sup>66</sup>

Entretanto, não se deve superestimar a influência dos dois professores, pois ambos tinham áreas de atrito no governo. No caso de Eremildo Vianna, os arquivos policiais registravam suspeita de corrupção e de leniência com a “infiltração comunista” quando foi diretor de sua faculdade, no início dos anos 1960.<sup>67</sup>

Aliás, talvez isso explique a diligência de Eremildo Vianna em denunciar colegas durante a ditadura, como forma de compensar “faltas” passadas. Além disso, foram aposentados professores de outras instituições também, fora do eixo Rio-São Paulo. Não se trata de negar a responsabilidade de “Gaminha” e de Eremildo, certamente eles contribuíram com alguns nomes, mas um quadro compreensivo demanda olhar mais abrangente.

Papel importante teve o ministro da Educação, Tarso Dutra, a quem cabia indicar ao presidente da República os professores a serem atingidos. Entretanto, sua participação se restringiu a repassar a Costa e Silva as propostas de expurgo das agências repressivas, em especial da Cismec. Há indícios contraditórios sobre a atuação de Dutra, que prometeu proteção a alguns professores e deu declarações à imprensa sugerindo ser favorável à revisão de certas punições. A entrevista foi no contexto da já citada crítica pública de Paulo de Góes às aposentadorias, quando este professor da UFRJ acusou injustiças e casos de perseguição pessoal. Pela mesma época, junho de 1969, Dutra encaminhou a Costa e Silva nova lista de docentes para punição. Acompanhava o processo um ofício cheio de sutilezas, afirmando que alguns casos mereciam maior rigor, mas em outros dizia haver “excesso e injustiça”. Sem se comprometer, Dutra lembrava que o próprio presidente havia optado antes por não aposentar alguns docentes, lembrança de que poderia fazê-lo de novo. Por fim, sugeriu a Costa e Silva que o CSN – que só era consultado para a suspensão de mandatos parlamentares e direitos políticos – fosse ouvido também nos casos de aposentadoria, para aumentar o controle e evitar erros.<sup>68</sup>

No processo de expurgo dos docentes, a Cismec foi agente fundamental. Criada logo depois do AI-5, em janeiro de 1969, a Cismec, assim como órgãos congêneres em outros ministérios, teve a função de reunir dados sobre professores e funcionários considerados subversivos. A criação desse órgão decorreu do Ato Complementar n.39 e de decreto subsequente regulamentador, ambos estipulando o papel de ministros, governadores e prefeitos na apresentação ao presidente dos nomes de servidores a serem demitidos ou aposentados por força do AI-5.<sup>69</sup> Caberia a tais autoridades nomear pessoas ou comissões para realizar investigações sumárias, cujos resultados seriam remetidos ao presidente para as devidas providências. As normas previam o direito de defesa dos acusados, em prazo de dez dias. Mas na área do MEC esse procedimento não parece ter sido aplicado, salvo excepcionalmente.

A maior parte dos documentos disponíveis sobre a Cismec encontra-se no Acervo Tarso Dutra, recém-aberto a pesquisas.<sup>70</sup> O diretor da DSI/MEC tinha assento na comissão, mas seu primeiro presidente foi o professor Jorge Boaventura de Souza e Silva. Antigo seguidor do líder Plínio Salgado, o presidente

da Cismec era entusiasta da causa de “limpar o país do comunismo” e ocupou vários cargos na área educacional durante o regime militar, inclusive na Comissão Meira Mattos. À frente da Cismec, teve oportunidade de dar vazão a seu horror pelas ideias de esquerda, ao recomendar dezenas de aposentadorias com base em argumentos anticomunistas.

O trabalho da Cismec consistiu em coligir informações nos diversos órgãos de informação e repressão, como Dops, SNI e agências das Forças Armadas. Com base nesse material elaborava uma ficha sintética, com dados elementares sobre as razões principais do ato punitivo. No final da ficha vinha uma recomendação, geralmente nos seguintes termos: “Seja o marginado aposentado dos cargos federais que ocupe e dispensado de função que desempenhe para o Poder Público Federal.” Ao ler esses documentos, é difícil evitar a sensação de mal-estar diante do procedimento dos membros da Cismec. A partir de fracos indícios, eles propuseram ações que prejudicaram seriamente a vida das pessoas afetadas, que não tiveram a chance de se defender. Do ponto de vista da comissão, naturalmente, o trabalho era louvável:

A comissão está em condições, em cada caso, ... de justificar as recomendações feitas a V. Excia., todas cercadas, repetimos, do empenhado esforço em imprimir o cunho da objetividade e da honestidade, ao mesmo tempo que o da moderação das sanções que recomendamos, seguros de que o objetivo do Governo Revolucionário não é o de penalizar pessoas, mas o de desarticular a ação subversiva.<sup>71</sup>

Também foram agentes do expurgo certos órgãos do Exército e da Marinha, que encaminharam ao MEC, por meio dos respectivos ministros, sugestões de nomes a punir. A Cisex enviou vários processos de investigação sumária de professores sugerindo a aposentadoria; alguns foram acatados, outros não. Surpreendentemente, e sem sucesso, a Cisex pediu a aposentadoria do reitor da UnB, Caio Benjamin Dias, cuja administração demitira dezenas de professores depois do AI-5. A comissão do Exército era composta por três generais, entre eles José Canavarro Pereira e Sylvio Frota. No caso da Marinha, as sugestões para punir docentes vieram do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), que conseguiu “emplacar” nas listas de expurgo alguns nomes pouco conhecidos nos meios acadêmicos, mas supostamente de vida subversiva, como uma professora de origem húngara (Ildico Ersebet), considerada amante e parceira do ex-“cabo” Anselmo.<sup>72</sup>

As sugestões de expurgo eram enviadas ao ministro da Educação, que as despachava para a consideração presidencial. Era no gabinete de Costa e Silva –

e, depois da saída dele, nos gabinetes da Junta Militar – que se tomava a decisão final. De modo significativo, alguns dos indicados para punição pelos órgãos repressivos foram poupados, inclusive nomes apontados pela Cismec. Além do reitor da UnB, foram encontrados registros de vários docentes cuja aposentadoria foi solicitada, mas não atendida.<sup>73</sup> De acordo com os registros, eles eram acusados dos mesmos atos que levaram à punição dos outros. Qual a explicação? Como já foi dito, algumas personalidades influentes engajaram-se em articulações para incluir ou excluir certos nomes das listas. Além disso, o governo sofreu pressões e críticas, inclusive na imprensa, e isso pode ter estimulado a moderação, sobretudo na fase final de Costa e Silva. Quando este saiu do poder, a Junta Militar reviu algumas punições que estavam na “gaveta”, mas, ainda assim, alguns nomes foram poupados.

Quanto à motivação para os expurgos, o aspecto mais óbvio e também determinante já foi mencionado: o critério ideológico. Os documentos disponíveis comprovam essa preocupação, como uma lista de aposentadorias cancelada por Costa e Silva que apresentava os seguintes argumentos para as punições: “comunismo, esquerdismo, atividades subversivas ou contrárias à Revolução.”<sup>74</sup> De fato, muitos dos punidos tinham perfil de esquerda. Parte deles era composta de conhecidos militantes do Partido Comunista, como Caio Prado Jr., Mario Schenberg, Vilanova Artigas, Quirino Campofiorito e Luiz Hildebrando Pereira, enquanto outros eram simpatizantes ou ex-membros do PCB, que nem por isso foram esquecidos pelos órgãos de repressão. Entre os aposentados gaúchos, a Cismec acreditava que alguns pertenciam ao PCB – inclusive um deles era sobrinho de Luiz Carlos Prestes.<sup>75</sup> No entanto, é preciso cautela no uso dos registros policiais, pois as imputações de “comunismo” eram feitas de maneira imprecisa, a pessoas com graus variados de afinidade com ideias de esquerda.<sup>76</sup>

Também constavam das listas professores sem vínculos com o PCB, mas ainda assim considerados inimigos ideológicos do regime por sua filiação marxista, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Paul Singer e José Arthur Giannotti, entre outros. Em menor número, foram aposentados alguns docentes suspeitos de ligação com a Ação Popular, como Nassim Mehedff e Andrea Loyola,<sup>77</sup> e havia também os que tinham ideias vagamente socialistas, mas sem compromissos de militância ou fidelidade ao marxismo. A maioria dos docentes expurgados tinha inclinação ideológica à esquerda, embora militantes políticos efetivos fossem poucos.

No entanto, como parte dos punidos em 1969 não perfilava ideias de esquerda ou as havia abandonado após breve militância juvenil, o crivo ideo-

lógico não é suficiente para explicar todos os casos. Além disso, o expurgo ideológico não foi implacável, porque alguns professores de esquerda, inclusive comunistas, permaneceram em seus postos. Por isso, muitas das pessoas que viveram os eventos colocam em segundo plano os motivos ideológicos e tendem a apontar outras explicações. De acordo com alguns dos entrevistados, razões pessoais foram mais importantes que os critérios ideológicos, pois oportunistas e delatores teriam se aproveitado da situação para fazer carreira com as vagas abertas, e pessoas influentes entre os militares se aproveitaram para eliminar desafetos. Para outros entrevistados, a polarização esquerda versus direita, nesse caso, deveria ser substituída pela oposição caráter versus falta de caráter, pois alguns docentes de esquerda teriam se retraído por medo de punições, enquanto professores sem compromissos ideológicos tiveram coragem de enfrentar o autoritarismo e pagaram por isso. Há também quem pense que o objetivo era atingir as lideranças acadêmicas mais importantes, para enfraquecer as universidades. Seguindo essa linha, a maioria dos punidos seria favorável à modernização das universidades, e teriam sido ceifados exatamente por isso, para proteção dos interesses dos grupos conservadores internos, ciosos de seus privilégios e posições.<sup>78</sup>

Sem dúvida os pontos de vista dos contemporâneos e envolvidos (alguns vitimados) no processo devem ser levados em consideração. No entanto, com o benefício do afastamento temporal e da disponibilidade de documentos antes secretos, pode-se elaborar análise mais abrangente. Divergências e disputas pessoais exerceram influência, mas não é correto pensar que elas deram origem ao ciclo repressivo. O motor do processo foi o desejo dos militares de expurgar seus inimigos dos quadros universitários e impedir que eventos como os de 1968 se repetissem. Deslançada a onda repressiva, a ocasião permitiu a realização de manobras oportunistas. Porém, punições provocadas exclusivamente pelo oportunismo foram raras, e alguns dos denunciados com base em tais motivações já eram suspeitos dos órgãos de repressão por outros motivos.

Da mesma maneira, deve-se questionar a ideia de que os expurgos visavam a impedir a modernização das universidades. No comando militar, ao contrário, o projeto era acelerar a modernização, e a repressão foi acompanhada de mudanças estruturais no ensino superior. Embora seja verdade que muitos dos expurgados militavam pela causa da reforma universitária, e que alguns aliados dos militares estavam contra as mudanças, esse não foi o fator central nos expurgos. Modernizadores foram punidos porque eram considerados adversários políticos do regime, e não por serem favoráveis a mudanças nas estruturas universitárias, salvo se sua visão modernizadora implicasse a pauta radical

defendida pelos estudantes. Em concomitância com o novo surto repressivo, lideranças que aceitavam a modernização autoritária foram prestigiadas e alçadas a cargos de direção.

No entanto, um argumento que apareceu nas entrevistas merece acolhimento mais favorável, por convergir positivamente com outras evidências: alguns dos aposentados receberam punição por enfrentar as (ou pelo menos por não se dobrar diante das) pressões autoritárias do Estado. Essa é a explicação para a aposentadoria de professores como Paulo Duarte (USP), que em 1964 adotou postura de corajosa crítica às intervenções autoritárias na universidade. E também para a punição de alguns dirigentes universitários, como o reitor em exercício da USP, Hélio Lourenço, o reitor da UFMG, Gerson Boson, e vários diretores de faculdade: Angelo Ricci, da Faculdade de Filosofia da UFRGS; Rodolpho Bhering, Lourival Vilela e Pedro Parafita de Bessa, diretores, respectivamente, das faculdades de Ciências Econômicas, Direito e Filosofia e Ciências Humanas da UFMG; e Marina São Paulo de Vasconcellos, diretora do IFCS/UFRJ.

No caso de Hélio Lourenço, ele enviou telex ao ministro da Educação divergindo da aposentadoria dos três professores da USP que constavam da primeira lista e foi incluído na lista seguinte. Sua manifestação foi moderada e respeitosa: “Apelamos para os bons ofícios de V. Exa. junto à Presidência da República no sentido de obter a reconsideração da referida medida.”<sup>79</sup> Não parece efetivamente um protesto, mas um desagravo, embora corajoso, em vista da situação. Também pesou contra Lourenço o fato de ser malvisto em certas “áreas revolucionárias” desde 1964 e por suas atitudes em 1968, consideradas muito compreensivas às demandas estudantis. Sua saída foi muito bem-recebida à direita, pois abriu caminho para a ascensão à reitoria de Alfredo Buzaid, figura de proa do campo conservador uspiano.

No caso do reitor da UFMG, ele não poderia ser descrito como adversário do regime militar, pois, no início de sua gestão, tomou medidas como a interdição de atividades culturais do movimento estudantil. No entanto, quando a situação política se agravou, em 1967-68, Gerson Boson adotou postura diferente, evitando que se aplicassem punições duras aos estudantes. Depois de muito pressionado, no final de 1967, enviou ao chefe local do Exército parecer de sua assessoria argumentando que “o reitor não tem suporte jurídico para aplicação de penalidades”. Segundo ele, ao buscar informações sobre os motivos de sua punição, conseguiu apurar que ele e alguns diretores foram considerados omissos.<sup>80</sup> A versão de Boson é confirmada pelas fichas da Cismec: no caso de Vilela, Bhering e Bessa, diretores de unidades da UFMG, o registro

começava nos seguintes termos: “Omisso diante da crescente agitação em sua faculdade.” Como não havia qualquer outra acusação, tampouco menção a militância esquerdista, fica claro que a punição decorreu de suas atitudes como dirigentes universitários.

No caso do professor Pedro Parafita de Bessa havia um agravante: ele opôs obstáculos à ação da Polícia Militar em manobra para prender estudantes no interior de sua faculdade. Por causa disso, foi aberto inquérito policial contra ele, que nos interrogatórios sustentou a opinião de que não lhe cabia punir estudantes, assunto pedagógico, não de segurança nacional. Os investigadores concluíram que, “por suas atitudes e omissões”, ele era corresponsável pelo clima de agitação estudantil, com possibilidade de enquadramento no Código Penal.<sup>81</sup> Na ficha de Bessa na Cismec constava o seguinte:

Como diretor da faculdade, deixou que a mesma se transformasse no maior foco de irradiação da subversão em Belo Horizonte. ... ressalta, clara, a conclusão de que, ao menos por omissão, permitiu, sistematicamente, a prática de ações de caráter subversivo, inclusive com pretexto fora dos problemas universitários, como nas relativas à agitação estudantil em apoio à greve dos operários metalúrgicos.<sup>82</sup>

No caso do professor Angelo Ricci, diretor da Faculdade de Filosofia da UFRGS, a razão para o expurgo foi a mesma. Pesou contra ele o fato de recusar-se a chamar a polícia quando sua faculdade foi ocupada pelos estudantes, em junho de 1968.<sup>83</sup> No caso da professora Marina de Vasconcellos, ela ficou visada pelos grupos direitistas por não coibir os estudantes de sua faculdade. No IFCS/UFRJ, em 1967 e 1968, ocorreram protestos estudantis contra professores simpáticos aos valores do regime, alguns dos quais se afastaram, o que foi chamado de “terrorismo cultural de esquerda”. Inquéritos abertos pela diretora não culminaram em punições para os estudantes, por isso, na ótica governista e de alguns órgãos da imprensa, ela era culpada pela agitação estudantil. No pedido de sua aposentadoria, a Cismec responsabilizava Marina de Vasconcellos pelo “terrorismo intelectual” na faculdade e pelo afastamento de uma das professoras do grupo conservador.<sup>84</sup>

Quando lembramos que os estudantes radicais eram considerados uma das principais ameaças à “segurança nacional”, torna-se compreensível a decisão de punir os dirigentes universitários. Na perspectiva dos órgãos de repressão, aposentá-los era não apenas punição, mas um recado para os outros diretores e reitores. Mais uma vez, o problema da radicalização estudantil pautou as decisões do Estado quanto às universidades. Se tal grupo de punições não

correspondeu aos critérios de expurgo ideológico, já que esses líderes universitários não tinham ligações com a esquerda, ainda assim teve motivação política: afastar lideranças que resistiam ao poder militar. Além dos dirigentes universitários, nas fichas da Cismec referentes a vários outros docentes aposentados há acusações sobre apoio aos protestos estudantis de 1968, ao lado de registros sobre militância esquerdista.

Em suma, os professores expurgados foram escolhidos com base em critérios políticos. Um número majoritário foi afastado por razões político-ideológicas, na tentativa de eliminar a influência do pensamento de esquerda nas universidades. Com isso, foram afastados professores com variada orientação de esquerda, entre eles comunistas, marxistas, socialistas cristãos e nacionalistas de esquerda. E um número minoritário foi punido por razões políticas, mas não ideológicas: lideranças universitárias que opuseram resistência às ações de repressão e/ou apoiaram os protestos estudantis de 1968. Interessa mencionar que não constam acusações de corrupção nos documentos sobre os docentes aposentados, pelo menos no sentido administrativo. Porém, os agentes anotaram informações sobre outro tipo de “corrupção”, segundo a moral conservadora: nos documentos referentes a três professores aposentados fazia-se crítica a suposta conduta homossexual, enquanto uma docente foi acusada de manter relações íntimas com alunos.<sup>85</sup>

Resta enfrentar uma última questão, igualmente polêmica. Por que o expurgo ideológico não foi completo? Por que alguns professores de esquerda continuaram em seus lugares? Isso não invalidaria a hipótese de que a motivação principal tinha natureza político-ideológica? Esse tema será retomado e tratado com mais detalhe adiante, mas cumpre traçar algumas considerações prévias. Em primeiro lugar, é importante lembrar as pressões “moderadoras” provenientes de aliados internos e externos do regime militar, que serviam de estímulo à redução do escopo do expurgo. O temor às críticas, principalmente às de que a repressão poderia destruir as universidades brasileiras, pode ter servido de freio. Além disso, alguns docentes foram salvos graças a contatos pessoais e à intervenção de amigos influentes nos círculos de poder, prática tradicional no país.

Outro argumento aparece na documentação produzida pelos órgãos de informação. Alguns professores adotaram estratégias eficientes ou tinham características pessoais favoráveis. Uma informação do CIE sobre intelectual de esquerda que escapou às aposentadorias referiu-se a ele como “discreto, hábil, não foi apanhado”. A atitude pessoal em manifestações públicas, em que alguns optaram pela discricção e outros pela ousadia, provavelmente fez diferença. Alguns se expuseram mais em críticas públicas ao regime ou em apoio a estu-

dantes, enquanto outros se preservaram. Aqui seria fácil criticar a covardia e enaltecer a coragem, mas há que lembrar as circunstâncias. Algumas pessoas eram mais visadas por sua militância, enquanto aqueles que não tinham ficha policial anterior poderiam se sentir menos ameaçados.

Por fim, talvez o expurgo tenha ficado incompleto porque o governo não desejava uma limpeza total, apenas a suficiente para eliminar uns e amedrontar outros. A presença de alguns professores esquerdistas nos meios universitários não seria tão perigosa assim, desde que se mantivessem discretos e não criassem problemas. Seja como for, registros mostram que muitos agentes do aparato de repressão entendiam ter sido incompleta a “limpeza” e desejavam outros cortes, e para isso trabalharam nos anos seguintes. Além de tentar obter a demissão dos esquerdistas “poupados” em 1969, lutaram para evitar que novos professores com valores de esquerda viessem a ser contratados. E, significativamente, como se verá adiante, docentes com perfil de esquerda foram contratados pelas universidades ao longo dos anos 1970, para desencanto dos radicais do regime.

Quanto ao destino dos professores aposentados, parte deles optou por continuar no Brasil, apesar das condições adversas. Alguns conseguiram trabalho em universidades particulares ou confessionais que tiveram a coragem de enfrentar os riscos, em particular a PUC-SP, que contratou Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Bolívar Lamounier, entre outros. A PUC-RJ manteve em seus quadros muitos docentes visados pela repressão, além de contratar alguns aposentados pelo AI-5, como Moema Toscano e Jayme Tiomno. No caso deste último, a instituição parece ter hesitado, por causa de forte pressão contrária, mas consta ter havido intervenção do papa em favor de Tiomno, e ele foi contratado em 1973.<sup>86</sup> Outros aposentados abriram instituições de pesquisa próprias, como o Cebrap, em São Paulo, que abrigou os cientistas sociais expurgados da USP. Além disso, vários dos punidos fizeram trabalhos esporádicos para a editora Abril, escrevendo para dicionários e enciclopédias ou atuando como revisores.

Se havia líderes na comunidade acadêmica e intelectual dispostos a ajudar os aposentados, alguns dirigentes universitários apoiaram o expurgo e se empenharam para que os punidos não voltassem às instituições de origem. Episódio revelador do engajamento da direita universitária aconteceu na Faculdade de Educação Física da UFRJ, em 1972. A diretora da instituição, Maria Lenk, premiada ex-nadadora, mobilizou-se contra a tentativa de participação em atividades acadêmicas de um docente aposentado pelo AI-5. O professor Alberto Latorre de Faria havia entrado na lista por suspeita de ligação com o Partido Comunista, e, segundo a diretora, ele havia instigado estudantes a praticar

atos de rebeldia em 1968. Apesar da situação política, o professor Latorre foi convidado a fazer uma série de palestras na instituição, em 1972. Entusiasta do regime militar, Maria Lenk ficou furiosa com o responsável pelo convite, um dos coordenadores de curso da faculdade, a quem escreveu em termos ácidos, dizendo que Latorre desenvolvera intensas atividades comunistas nos meios universitários e, por isso mesmo, fora punido. Na carta ela afirmava que 1968 fora um período de grande tristeza para o Brasil, quando professores e estudantes “estavam ausentes dos bancos escolares, em sua maioria desfilando nas avenidas da cidade”. Por isso, ela não poderia tolerar a presença na instituição de pessoas implicadas com o quadro anterior. De acordo com suas palavras, desde que assumira a direção da faculdade, as coisas tinham mudado:

graças a Deus e graças aos nossos esforços incessantes. Agora estou tranquila, que meus alunos e meus professores estão cientes de que no recinto de nossa escola a missão a cumprir é formar profissionais capazes, que possam transmitir aos educandos brasileiros os verdadeiros fundamentos da moral e do civismo para o bem do Brasil.<sup>87</sup>

### Educação moral e cívica para a juventude

A entusiástica declaração da diretora da Faculdade de Educação Física da UFRJ sobre moral e civismo remete a outra iniciativa do governo militar em 1969, que, a julgar pela manifestação de Maria Lenk, encontrou boa acolhida em certos segmentos universitários. O contexto do AI-5 originou não somente repressão mais intensa, como também iniciativas visando a disputar com a esquerda a mente e o coração dos jovens. Se em 1967, com o Projeto Rondon, a ideia era criar atividades extracurriculares para estimular o patriotismo e a integração dos universitários, em 1969 decidiu-se interferir diretamente nos currículos escolares. Em setembro de 1969, a Junta Militar baixou o Decreto n.869, que “dispõe sobre a inclusão da educação moral e cívica (EMC) como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades”. A iniciativa tinha objetivos semelhantes ao Projeto Rondon, no entanto o plano era mais abrangente, por visar não só aos jovens, mas também às crianças, e por pretender intervenção mais aguda na formação dos valores das novas gerações por meio do sistema escolar. Não era a primeira vez que o Estado brasileiro criava programas escolares para disseminação de moral e civismo, mas esta foi certamente a iniciativa mais autoritária e sistemática.<sup>88</sup>

Os valores que inspiraram a criação da EMC estavam presentes entre apoiadores do regime desde 1964 (patriotismo, religiosidade, anticomunismo), porém, como sensibilizavam de maneira especial os segmentos mais à direita, foi necessário o contexto de radicalização “revolucionária” do AI-5 para a viabilização do projeto. É significativo, a propósito, que entre os primeiros defensores da ideia tenham se destacado os (ex-)integralistas. No debate parlamentar para aprovar a legislação da reforma universitária (Lei n.5.540), em fins de 1968, os deputados Plínio Salgado e Raimundo Padilha demandaram maior cuidado com a educação cívica e a formação moral dos estudantes. Graças a seus esforços, a lei incorporou ligeira referência à importância de estimular a formação cívica dos universitários, mas sem maiores consequências, porque outros parlamentares não concordaram com a sugestão original dos integralistas, mais ambiciosa.<sup>89</sup> Embora fracassada em 1968, a iniciativa serviu de inspiração para se elaborar o Decreto n.869, em momento de maior influência da direita radical. A EMC não entusiasmava a todos os apoiadores do regime, pois, além de significar aumento da influência da extrema direita, expunha o governo a denúncias de fascistização, particularmente incômodas para as facções moderadas. Vale a pena reproduzir os objetivos da EMC, segundo os termos do decreto:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítico-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.<sup>90</sup>

Os objetivos representam uma mescla dos valores defendidos pelos diferentes grupos que sustentavam o regime militar. Notam-se no texto laivos de

republicanismo autoritário, patriotismo conservador, catolicismo tradicional, portanto, elementos próximos da tradição integralista, mas também paga-se tributo, ao menos formal, a valores caros aos setores liberais, como a menção a “princípio democrático” e “amor à liberdade”. Entretanto, “democracia” está conectada ao “espírito religioso” e “sob a inspiração de Deus”, enquanto “liberdade” encontra-se limitada pela “responsabilidade”. No fundo, mais importantes, na visão dos autores do decreto, eram os valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristãs (incluindo a família). E a atuação posterior dos responsáveis por zelar pelo cumprimento desses dispositivos viria a confirmar a inclinação conservadora da iniciativa. Não se trata exatamente de programa fascista, que dificilmente incluiria menções a liberdade ou democracia, mas era certamente um formato ao agrado das facções da direita radical, inclusive os fascistas. Por outro lado, o ensino de tais valores nas escolas poderia servir de propaganda indireta do regime militar, que se apresentava exatamente como defensor da pátria e da moral, e opositor da subversão.

O ensino de educação moral e cívica tornou-se obrigatório em todos os níveis escolares. No ensino médio, havia ainda a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Nas universidades, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, a EMC seria ministrada sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). O governo tomou providências no sentido de formar professores para as disciplinas, mas, enquanto eles não estivessem disponíveis, o diretor do estabelecimento de ensino poderia avocar para si a tarefa, pois em nenhuma hipótese elas poderiam deixar de ser ministradas aos alunos.

Buscando criar mecanismo voltado para a “implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica”, o Decreto n.869 determinou a formação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), composta por nove membros nomeados pelo presidente da República, com mandato de seis anos e que deveriam possuir “ilibado caráter e valor cultural”. Entre suas funções estava colaborar com o CFE na aprovação dos currículos para as novas disciplinas, bem como assessorar o ministro da Educação, a quem estava vinculada. Além disso, esperava-se que a CNMC conseguisse influenciar positivamente os meios de comunicação e de difusão cultural para divulgar na sociedade os valores cívicos e morais. A atuação na CNMC era prioritária em relação ao desempenho de outros cargos e funções públicas, e seus integrantes faziam jus a jetom. A comissão deveria assessorar o ministro na aprovação de material didático relativo à área de EMC, e essa foi uma de suas principais atividades ao

longo de dezessete anos de existência. Para estimular a divulgação dos valores cívico-patrióticos e premiar os militantes da causa, foi criada uma comenda, a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica.

Em 1971, foi baixado novo decreto (n.68.065) para regulamentar melhor o funcionamento da CNMC. Ele trazia novidades na estrutura da comissão, que passou a contar com funcionários e recursos próprios no orçamento federal. A CNMC tinha presidência, com respectivo gabinete, vice-presidência, secretaria-geral e três setores, Implantação e Manutenção da Doutrina, Currículos e Programas Básicos e Exame de Livros Didáticos, cada qual comandado por membro permanente da comissão. Foram criados também sete “serviços” específicos, com os respectivos chefes: Relações Públicas, Currículos e Programas Básicos, Exame de Livros Didáticos, Assessoria e Jurisprudência, Documentação e Publicações, Administração e Comunicações. As decisões eram tomadas em reuniões plenárias, com base nos estudos realizados pelos setores e serviços do órgão. A CNMC era autorizada a nomear representantes nos estados e territórios, para facilitar sua atuação em âmbito nacional. Posteriormente, foram criadas Comissões Estaduais de Moral e Civismo, como a do estado de São Paulo, que teve existência efetiva.

O empenho cívico-autoritário do regime militar na formação da juventude não parou por aí. O mesmo Decreto n.68.065 estabeleceu que caberia à CNMC estimular a criação de centros cívicos nos estabelecimentos de ensino de todos os níveis, públicos e particulares. O centro cívico deveria funcionar sob a assistência de professor orientador escolhido pelo diretor do estabelecimento, e esperava-se que contasse com a participação voluntária de alunos. Ele seria “destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de educação moral e cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando”. Seu papel era estimular a comemoração das datas patrióticas e a observação de rituais cívicos, entre outras iniciativas do gênero.

O centro cívico foi criado sobretudo em escolas de nível fundamental e médio, onde era chamado Centro Cívico Escolar. No caso das universidades (em que ele se chamaria Centro Superior de Civismo), há registros esparsos. Embora seja tema pouco pesquisado, tudo indica não ter havido grande número de centros cívicos em instituições superiores, mesmo porque eles não eram obrigatórios. Mas há informações sobre sua criação em algumas faculdades, por iniciativa de professores simpáticos ao regime ou que desejavam atrair favores oficiais. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, por exemplo, foi criado um centro cívico no mesmo ano de 1971, com participação de líde-

res políticos da região. A iniciativa foi do diretor da faculdade, que deu outra contribuição ao escrever um manual didático de EMC, texto com inúmeros ataques ao comunismo e loas à “Revolução”.<sup>91</sup>

A propósito, a obrigatoriedade da EMC deu origem a um novo filão editorial. Inicialmente, alguns militares mais entusiastas escreveram pequenas brochuras ou panfletos para fixar a doutrina da EMC, material que os próprios órgãos de informação distribuíam. Em 1969, por exemplo, a DSI/MEC enviou para as universidades uma brochura sobre educação e civismo escrita pelo general Moacir de Araújo Lopes. Em maio de 1970, foi a vez do SNI, que enviou exemplares da *Cartilha de educação moral e cívica* às universidades, pedindo que fossem distribuídas entre as unidades, “como contribuição”. Porém, solicitava aos reitores que fosse omitida a identidade do remetente.<sup>92</sup> Dada a extensão do sistema escolar, o negócio logo se profissionalizou, com editoras comerciais produzindo muitos livros para atender à demanda. O próprio general Araújo Lopes publicou em 1971 um manual de sucesso; alguns dos outros autores eram militares da reserva ou intelectuais afinados com o pensamento militar. Como os livros precisassem passar pelo crivo da CNMC, nos anos iniciais, autores com perfil diferente dificilmente se arriscavam. Os livros didáticos precisavam ser aprovados pelo MEC, com a assessoria da CNMC, que enviava para isso pareceres ao ministro. Os livros preferidos pela comissão eram os que divulgavam ideias como a de oposição intrínseca entre “democracia espiritualista” e “comunismo ateu”; eventualmente, obras menos engajadas nos valores da direita militar e religiosa também eram aprovadas.<sup>93</sup>

Embora não tivesse poder para censurar livros externos à sua área de atuação, por vezes a CNMC exacerbava suas funções ao indicar obras que não deveriam ser lidas pela juventude. Em maio de 1971, a DSI/MEC enviou às universidades cópia de parecer da CNMC sobre o livro *História militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Os membros da comissão consideraram a obra inadequada para a juventude e defenderam sua proibição, em decorrência das “bases marxistas do trabalho e a preocupação do autor em perturbar o exame crítico da esplêndida atuação das Forças Armadas brasileiras no nosso processo democrático”.<sup>94</sup> Embora a CNMC não tivesse poder formal para garantir o cumprimento da “sugestão”, alguns reitores determinaram a exclusão do livro das atividades das disciplinas EMC e EPB, medida simbólica, porque o livro dificilmente seria usado em tais matérias. Porém, em 1976, *História militar do Brasil* acabou censurado oficialmente. Era a sétima obra numa lista de 205 livros de conteúdo “pornográfico ou subversivo” interditados por determinação do Ministério da Justiça.<sup>95</sup>

Questão fundamental para o sucesso da campanha pela moral e o civismo era a formação dos professores, trabalho a ser realizado pelas universidades. O tema ocupou o tempo não só da CNMC e do MEC, mas também do Conselho Federal de Educação e dos órgãos de informação. Em 1972, o CFE estabeleceu que os professores responsáveis pelas disciplinas EMC e OSPB seriam formados na licenciatura em estudos sociais. Os professores de EMC para o ensino primário poderiam cursar as licenciaturas curtas, com duração de 1.200 horas (em dois anos), enquanto para atuação no segundo grau era necessário cursar a licenciatura plena. Enquanto se preparavam os “especialistas” para as disciplinas de EMC, professores de história, geografia ou ciências sociais deveriam ministrá-las. Essa decisão gerou polêmica nas universidades, pois havia resistências contra disciplinas que serviam aos propósitos políticos do regime militar. Além disso, os cursos de estudos sociais eram igualmente malvistas, considerados fábricas de diplomas concebidas para esvaziar e despolitizar os cursos de ciências sociais e história.

A demanda pela formação rápida de professores de EMC gerou uma corrida nas instituições de ensino particulares para aproveitar a oportunidade, originando cursos absolutamente precários. A situação tornou-se tão problemática que até o SNI identificou a “picaretagem”, durante investigação para apurar corrupção na área do ensino em São Paulo, em 1974. Segundo a agência paulista do SNI, algumas faculdades do interior estavam entregando certificados de licenciatura após três meses de curso, uma afronta à legislação e aos objetivos da EMC. Para atrair vestibulandos incautos, certas faculdades chegaram a criar curso superior de EMC, o que fugia às determinações do MEC e do CFE. Além disso, havia tráfico de influência para contratação de professores nas escolas públicas do estado, com indicação de pessoas inadequadas do ponto de vista político ou moral. Como entendiam tratar-se de área sensível à segurança nacional, os agentes de informação se propuseram a escrutinar os candidatos ao magistério na área de moral e cívica, e em alguns casos eles conseguiram vetar contratações, pelo menos nas escolas públicas de São Paulo.<sup>96</sup>

Em certas ocasiões, os órgãos de informação tomaram iniciativas para verificar como os cursos de EMC vinham sendo ministrados. Como identificaram ações dos inimigos ideológicos para atrapalhar a campanha cívica, seu interesse aumentou. Nas universidades, a preocupação era saber se os cursos de EPB estavam funcionando corretamente, quem eram os professores, qual o formato dos programas de curso e como as aulas eram recebidas pelos estudantes. No início dos anos 1970, as agências de informação dirigiram-se várias vezes às reitorias, fazendo inquirições sobre o desempenho dos cursos de EPB.

Nos arquivos da UFMG encontra-se material interessante sobre isso, com as respostas aos militares. Em 1971, o comandante da 4ª Infantaria Divisionária do Exército solicitou informações sobre o funcionamento de EMC e EPB na universidade. Pelas respostas, nota-se que a situação diferia, a depender da unidade. Faculdades menores ou com tradição mais conservadora tendiam a atender melhor à demanda do governo, enquanto em outras se notava menor entusiasmo “cívico-patriótico”. Nas faculdades de Direito, Odontologia e Educação Física, o programa de EPB incluía temas como “os malefícios do socialismo”, “profilaxia da guerrilha urbana e guerra revolucionária”, e os docentes eram militares (da ativa ou da reserva) ou diplomados na Escola Superior de Guerra. Já nos institutos de Ciências Biológicas e de Ciências Exatas (ICB e Icx), os respectivos diretores avocaram para si a responsabilidade de ministrar EPB, e os cursos tratavam de temas científicos ou tecnológicos. Para desgosto dos militares, no Centro Pedagógico, unidade de ensino fundamental ligada à UFMG, o professor de EMC estava sendo investigado por corrupção – e, pior ainda, tratava-se de “revolucionário de primeira hora”.<sup>97</sup>

Em 1972 e 1974 os militares fizeram novas inquirições, desta feita por meio do SNI e da DSI/MEC. Em algumas unidades, o espírito patriótico parece ter sido aguçado, como na Educação Física, em que as atividades de EPB passaram a ser acompanhadas de hasteamento da bandeira e canto do hino nacional. No caso da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), as disciplinas de EPB e EMC eram coordenadas pelo mesmo coronel que presidira à frustrada intervenção de 1964. Segundo o diretor da unidade, a disciplina EPB despertava “entusiasmo nas turmas dos formandos, pelo grau superior da abordagem e o descortino que desperta quanto aos problemas da atualidade brasileira”.<sup>98</sup> A EMC era oferecida apenas para os alunos de história da faculdade, com vistas a habilitá-los a ministrar a mesma disciplina no ensino médio.

No entanto, os estudantes de história aparentemente discordavam das avaliações otimistas do diretor sobre a recepção dessas disciplinas. No mesmo ano de 1974, sob a liderança do Centro de Estudos de História, eles fizeram protesto contra a manutenção da disciplina EMC no currículo de graduação. Como os professores dessa disciplina, desde 1972, eram formados pelos cursos de estudos sociais, a universidade concordou com a demanda e retirou a EMC da grade curricular do curso de história. Para comemorar o feito, os estudantes lançaram panfleto aludindo ao episódio como vitória sobre o fascismo. Pela audácia, o líder do grupo ganhou suspensão de oito dias, cancelada após pressão estudantil e negociações. Inquirido pelos militares, o reitor precisou dar explicações sobre o evento e informou que a retirada da EMC do curso de

história estava de acordo com as orientações do MEC, porém, esclarecia ele, o ensino de EPB prosseguiria.<sup>99</sup>

A atitude dos alunos de história da UFMG demonstra que havia resistência entre os universitários aos cursos de moral e civismo, e casos parecidos ocorreram em outros lugares. No Departamento de História da USP, por exemplo, os professores dividiam entre si as aulas de EPB, e os conteúdos não eram os programados pelo governo militar. Aliás, essa foi uma das razões por que os órgãos de informação mantiveram esse grupo sempre em mira, entendendo que o expurgo ideológico na área de história da USP fora incompleto.<sup>100</sup> Quanto aos professores do ensino médio, pesquisas revelam que alguns deles usaram a EMC em sentido contrário ao esperado pelos militares, ainda que precisassem atuar com discrição. Em certos casos, as aulas de moral e civismo foram utilizadas para mostrar aos alunos as mazelas sociais brasileiras, e não para enaltecer os heróis da pátria.<sup>101</sup>

É interessante referir que havia ressalvas sobre as implicações políticas da EMC até entre funcionários de alto escalão do MEC. Em entrevista para a imprensa, em 1972, o diretor do Departamento de Ensino Médio do MEC, Paulo José Dutra de Castro, afirmou que essa disciplina era uma “faca de dois gumes”. Em sua opinião, ela era importante por desenvolver o nacionalismo entre os jovens, mas implicava o risco, dependendo do material didático e do professor responsável, de serem divulgados valores fascistas, o que se deveria evitar.<sup>102</sup> A afirmação de Castro é muito significativa, pois revela que havia reticências em relação à EMC no interior do próprio governo. O mesmo pode ser dito sobre a Comissão Nacional de Moral e Civismo: ela não gozava de unanimidade dentro do governo. Um dos choques era com o CFE, que percebia na CNMC uma fonte de intromissão em seara até então da sua exclusiva competência. O CFE desejava definir sozinho os conteúdos e os programas das disciplinas, e a intervenção dos líderes da CNMC, geralmente militares reformados, sem qualquer conhecimento ou afinidade com o universo escolar, parecia incômoda e anômala.

O próprio ministro da Educação, Jarbas Passarinho, teve alguns desentendimentos com a CNMC. Passarinho, coronel reformado do Exército, foi um entusiasta da criação da EMC e lamentou quando os governos pós-autoritários a eliminaram dos currículos. Nas suas memórias, ele defendeu os propósitos da disciplina contra as críticas de que a intenção era fazer propaganda do movimento de “31 de Março”, afirmando que a ênfase era divulgar valores democráticos. Difícil concordar com o ministro, cujas convicções políticas são uma mescla de catolicismo social e nacionalismo. De qualquer modo, seu

entusiasmo com os cursos de moral e cívica nem sempre significava relações tranquilas com os titulares da comissão responsável pela área. Passarinho relatou ter se desentendido com o general reformado que presidia a CNMC, por causa de divergências em relação à divulgação do “vulto” de Machado de Assis. Passarinho considerava Machado uma das maiores figuras nacionais, portanto, exemplo positivo para os jovens, enquanto o general entendia que ele era nocivo para as crianças, por seu agnosticismo. Passarinho levou a melhor na disputa, pois o presidente da CNMC nem sequer conseguiu ser recebido em alguns gabinetes importantes de Brasília.<sup>103</sup> O episódio serve para mostrar que o prestígio da CNMC dentro do governo era limitado e que talvez se tratasse de órgão criado para acomodar e prestigiar aliados da extrema direita.

É difícil avaliar o impacto efetivo das disciplinas de moral e civismo nos meios estudantis em geral. No caso das universidades, o mais provável é que tenham tido alcance limitado, graças à impopularidade do regime militar e à força de atração dos valores de esquerda, que seguiu marcante até os anos 1980. Basta dizer que em 1977 eclodiram várias manifestações estudantis contrárias ao governo, sugerindo que a escassez de protestos entre 1969 e 1977 pode ser atribuída mais ao temor da repressão que à adesão ao regime. Não obstante, a eliminação da EMC dos currículos escolares foi um processo demorado. Em primeiro lugar extinguiu-se a CNMC, em 1986, por ato do governo de José Sarney, mas manteve-se o ensino de EMC nas escolas e o de EPB nas universidades, numa época em que ninguém mais levava as disciplinas a sério. A eliminação da EMC dos programas escolares aconteceu somente em 1993.

A PARTIR DE 1969, os militares deslancharam nova ofensiva para “limpeza” das universidades, aposentando mais de cem professores e criando mecanismos para expurgar os estudantes contestadores, o que levou à expulsão, dos bancos escolares, de aproximadamente mil universitários. Essa foi a fase mais violenta do período militar, em que se viveu maior clima de medo e na qual também aumentaram os riscos de se cair na malha repressiva, o que poderia implicar tortura e até morte, em alguns casos. O AI-5 abriu um novo ciclo repressivo, que atingiu de modo particular a comunidade universitária e os meios intelectuais com outros desdobramentos.